ACTA N.º 7/2011

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2011:

Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano dois mil e onze, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, estando presente o senhor Carlos Alberto Lourenço de Almeida (CDU), Segundo Secretário da Mesa, os senhores Henrique Bertino Batista Antunes (CDU), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Raul Fernando Conceição Santos (CDU), Floriano Serrano Sabino (CDU), António Filipe Monteiro Vitória (CDU), Silvino Doirado Conceição João (PS), respectivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ajuda, Atouguia da Baleia, Conceição, São Pedro, Serra d'El-Rei e Ferrel, e os senhores Anabela Correia Dias (PS), Carlos Manuel Alves Santana (PSD), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Vítor Miguel Silva Delgado Marques (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), José António Bombas Amador (CDU), João Manuel Jesus Gomes (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), José António Leitão da Silva (PSD), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Ademar Vala Marques (PSD), Anna Clara Leal Rodrigues (PSD), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Licínio Pereira (CDU), Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de intervenção do público.

2.º - Período da ordem do dia:

1. Apreciação e votação da deliberação camarária de 2 de Novembro de 2011 sobre as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);
2. Apreciação e votação da deliberação camarária de 2 de Novembro de 2011 sobre a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2012, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Os senhores Licínio Pereira (CDU), Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) encontravam-se a substituir os senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU) e José Joaquim Franco Antunes (CDU) e Américo de Araújo Gonçalves (PS), que comunicaram a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. O senhor Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) também comunicou a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, considerando que era o cidadão que se seguia na ordem da lista do PS.

Não compareceu à reunião a senhora Maria Natália Figueiredo Martins dos Anjos Costa (CDU).

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara, senhor António José Correia (CDU), o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Serafim

Silva Abrantes (CDU), Luís Lourenço Jorge Ganhão (PSD), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD) e Carlos Jorge Gonçalves Amaral Domingos (PS).

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Constatando-se que do número legal dos membros que compõem a Mesa da Assembleia apenas se encontrava presente o Segundo Secretário, senhor Carlos Alberto Lourenço de Almeida, que presidiu, nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento, este solicitou ao representante do grupo do PS que indicasse um substituto, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Regimento, tendo sido indicado o senhor Silvino Doirado Conceição João que, de imediato, assumiu funções na mesa como Secretário.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Neste período não registaram quaisquer intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 2 DE NOVEMBRO DE 2011 SOBRE AS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI):

Passando a assembleia à apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara, António José Correia:
Fez a seguinte intervenção inicial:
«Queria, desde já, deixar aqui uma nota relativamente aos documentos que foram enviados. Queria dizer-vos, também, que, relativamente a uma parte dos documentos, eles foram enviados à medida que também nos foram disponibilizados pelos serviços, naquilo que tem a ver com a questão dos edifícios sujeitos a majoração ou a minoração, relativamente às questões do IMI. Dizer que, em sede de Câmara Municipal, as propostas que aqui são apresentadas foram aprovadas por unanimidade.
«Sobre a fundamentação das propostas, passo a palavra ao senhor Vereador Jorge Abrantes que, como sabem, acompanha mais de perto esta temática. O engenheiro José Pires, director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, quando chegar, também poderá responder a algumas questões que, do ponto de vista técnico, se possam colocar.»

Vereador Jorge Abrantes:
Fez a seguinte intervenção:
«Estamos aqui, mais uma vez, para apreciar e deliberar sobre as propostas de taxas do IMI, relativas a 2012. Dizer que, dos elementos que foram fornecidos, quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal, para apreciação deste tema, consta um quadro que reflecte a evolução dos últimos quatro anos da receita do IMI, por mês e por ano.

«Duas questões se salientam desses quadros:

«1.ª - O carácter irregular que o IMI tem, em termos de receitas municipais, por via do sistema de cobrança que está implantado, que concentra nos meses de Maio e de Outubro parte muito significativa da totalidade do IMI. Naturalmente que esta questão dificulta a gestão normal do Município, tendo em conta, precisamente, esse carácter irregular da recepção das verbas correspondente a este imposto.

«2.ª - A evolução ao longo dos últimos quatro anos da receita do IMI não tem tido grande significado. São valores todos superiores a três milhões de euros. O valor mais elevado será o de 2011, que ainda não está concluído, mas que estimamos que andará à volta dos 3 milhões e 300 mil euros.

«Portanto, instabilidade na receita do IMI ao longo dos últimos quatro anos, com ligeiros acréscimos, e relembrar o carácter irregular da sua recepção, com os problemas que acarreta em termos de gestão do Município.

«Naturalmente que, sendo o IMI uma das principais receitas do Município, a fixação das taxas associadas a este imposto é de enorme importância. Temos consciência que qualquer alteração a estas taxas provoca alterações significativas na dimensão das receitas que o Município vai ter. Uma coisa é o efeito das taxas, outra coisa é também a forma como os prédios estão ou não integrados na rubrica dos 0,7 % ou estão ou não integrados na rubrica dos 0,4 %, que são os valores que temos em vigor e que estamos a propor a sua manutenção.

«Temos assistido, nos últimos meses, principalmente depois da publicação do memorando de entendimento, à informação de que vai ser acelerada a reavaliação dos imóveis que até ao momento ainda não foram. Relembrar que, quando o CIMI [Código do Imposto Municipal sobre Imóveis] foi aprovado, todos os prédios estavam incluídos na rubrica que na altura era 0,8 %, que era a dos não avaliados. O objectivo do CIMI era que, dez anos depois, a totalidade dos prédios estivesse já nos reavaliados ou nos novos. As informações que temos são de que apenas 35% dos prédios já estão ao abrigo da taxa mais baixa, portanto com novas construções ou reavaliações. O que significa que há um longo trabalho para respeitar aquilo que o Código do IMI no início apontava, que era que, até 2013, 100% estivessem já sujeitos à taxa dos avaliados nos termos do CIMI. Também estamos a assistir às informações, ou às afirmações, ou às pretensões do Governo de que este processo de reavaliação seja acelerado nos próximos meses.

«De qualquer forma, qualquer que venha a ser o desfecho ou o desenvolvimento destas notícias, o efeito que terá sobre o IMI não será para 2012. Portanto, o que estamos neste momento a propor é a manutenção das taxas de 0,7 % e de 0,4 %, num cenário em que não se prevê, porque a inserção dos dados resultantes dessas reavaliações terá que ser feita até ao final de Novembro deste ano, e não estão ainda sequer constituídas as equipas e a forma de intensificar ou de corresponder a essa intensificação da reavaliação. Naturalmente que será ao longo de 2012, seguramente, que a intenção de acelerar o processo de reavaliação será concretizada e apenas dessa forma serão introduzidos valores que poderão afectar as receitas do IMI, mas no ano de 2013, em função das taxas que forem aprovadas para esse ano.

«Portanto, em resumo, a proposta que fazemos apontará para uma manutenção ou um ligeiro reforço das receitas do IMI. Esse reforço não será porque o valor do IMI

seja alterado ou aumentado para cada um dos proprietários dos prédios, mas porque, realmente, há novos prédios a entrar no sistema que, naturalmente, irão contribuir para aumentar a receita do IMI, mas em percentagens que consideramos diminutas. Estamos, portanto, a falar do reforço por via das isenções que caducarão ou terminarão os seus prazos neste momento e que passarão a integrar o património que será tributado com o IMI. E pronto, relativamente ao IMI são estas as considerações que levaram à apresentação desta proposta.

«Penso que será a questão mais relevante ou bastante relevante, a manutenção ou o reforço que possa vir a verificar-se na cobrança do IMI em 2012 não servirá para colmatar algumas reduções muito significativas que estamos a ter em várias frentes, nomeadamente nas transferências do Orçamento de Estado, que, como sabem, mais uma vez reduziram. Pelo terceiro ano consecutivo, verificamos uma redução no valor das transferências do Orçamento de Estado para os municípios, em geral, e para o Município de Peniche, em particular. Verificamos, também, que alguns impostos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre as Transacções e de Bens Imóveis (IMT), também têm tido um comportamento de bastante redução. Relembrar que, por exemplo, em 2008, este valor do IMT significou cerca de 1,6 milhões de euros e, neste momento, ficará num valor inferior a 1 milhão de euros, em 2011. A realidade de 2011 projectada para 2012, naturalmente, nos fará pensar que este valor ainda será mais reduzido em 2012.

«Outro valor com que já fomos confrontados, e que já referi aqui na Assembleia Municipal, é a consequência da alteração do IVA para a electricidade que, de facto, vai ter um peso muito forte no aumento desse custo para o orçamento de 2012, e que, naturalmente, apesar das medidas que estamos a preparar para reduzir a dimensão da despesa nesta frente, não deixa de ser a realidade que o IVA passou de 6% para 23%, no que diz respeito a este tipo de despesa.

«Finalmente, dizer que a proposta de Orçamento de Estado para 2012 apresenta uma novidade naquilo que será o comportamento no próximo ano, que é a possibilidade dos limites máximos, que estão actualmente em vigor, poderem ser aumentados. Portanto, a proposta de lei do Orçamento de Estado altera os limites mínimos e máximos das duas taxas. Neste momento, aquilo que se situa entre 0,4% e 0,7%, e que nós estamos a propor 0,7%, a proposta de lei do Orçamento de Estado propõe um limite mínimo de 0,5% e um limite máximo de 0,8%. Portanto, a alteração quer do limite mínimo, quer do limite máximo. Também a taxa do IMI e dos prédios reavaliados, que actualmente tem como limite mínimo 0,2% e como limite máximo 0,4%, a lei do Orçamento de Estado aponta para que esses limites também sejam alterados e que passem para 0,3% e 0,5%. É um dado novo que também resulta de uma intenção que o Governo tem de aumentar receitas municipais por via da possibilidade dos municípios aumentarem as respectivas taxas, mas que, no nosso caso, naturalmente, relembro que estamos a manter as taxas em vigor e projectar, projectar, repito, o nível das receitas para 2012, que terá um crescimento que estimamos não será superior a 5%, por via da integração de novos prédios no património que será tributado.»

Carlos Santana (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Face ao que o senhor Vereador disse, face aos documentos que foram reencaminhados para os nossos *e-mails*, de tudo, mais ou menos, o que se podia informar, mais uma vez esqueceram-se de informar como é que chegam a estes valores. Porque é que aplicam estas taxas? Porque é que não aplicam outras taxas do IMI? Foi uma promessa que ficou feita, que se trazia um estudo para ver a evolução da cobrança desta taxa, e não vi nada. Vejo sim fotografias de casas, inspeccionadas em 2011, não sei se foi a propósito para vir no processo, para se dizer que se está a fazer uma inventariação dos prédios em mau estado, mas pronto, é um princípio.

«Por outro lado, tenho que reconhecer que, ao fim de três anos, chegou a um ponto, que parece que para vós não é tão importante, o senhor Vereador não falou da questão da majoração que é agora proposta. Porquê só agora? Há um ditado que diz: "Mais vale tarde do que nunca." Mas, de uma vez por todas, chegaram à conclusão de que a lei permite não só beneficiar o munícipe, mas também impor regras para que os imóveis estejam em bom estado. Por esse lado, nós o PSD, achamos que é uma boa proposta, o facto de aplicarem majoração, tanto que nós já tínhamos, há muito tempo, e com alguma estranheza não percebíamos porque é que teimavam em não utilizar o que a lei permite.

«Fico aqui perplexo sempre com a justificação que o senhor Vereador dá, que é a questão de que o Estado vai reduzir o envio de verbas, nós vamos ficar prejudicados, e é sempre a lengalenga normal. Quando, nesta altura, eu até pensava que iam demonstrar, mais uma vez, como é que em estado de crise conseguem baixar, não digo impostos, porque não tem essa possibilidade, mas taxas. Já que se critica tanto o nosso Governo de aumentar taxas e impostos, aqui os senhores têm toda a possibilidade de demonstrar, no estado em que estamos, de crise, e os senhores dizem que não é assim tanta crise, que podiam não sobrecarregar, neste caso, os munícipes de Peniche com as taxas máximas. Mais uma vez o discurso falha quando é posto à prática. Isto é, o objectivo é sempre arrecadar mais. O Estado não nos dá, vamos via directamente pelo munícipe, em vez de fazermos o que andamos a praticar nos discursos, que é baixar impostos, baixar taxas, e isso, quando se tem maioria, pelos vistos, esquecem-se desse discurso.

«Por outro lado, falou uma coisa, aqui o senhor Vereador, que era a questão do IVA da electricidade que aumentou, que mais uma vez vai sobrecarregar a Câmara com despesas. Pois é, mas para colmatar essas despesas é justo ter as taxas do IMI nestes valores. Mas, depois também é justo dizer que a luz vai ficar mais cara mas temos vinte ruas engalanadas, com luz a gastar, quando estamos numa crise. É que isso é que eu não percebo! Aumenta a luz com o IVA, mas depois, numa altura de crise, todos criticamos estes eventos nesta fase, temos engalanadas vinte ruas. Não sei se também com as eólicas que há por aí, com os painéis solares que andam a transitar nas televisões, isto também seja utilizado como painéis solares, esta luz. Isto é que eu não compreendo! Como é que se diz que temos despesas e depois, de imediato, é verdade e eu tenho que dizer, enquanto há festivais e enquanto há festa o povo vai ficando contente com a situação de Peniche. Mas isso é um engano.

«Mais uma vez não se consegue demonstrar, e o senhor Vereador explicou o que eu acho que não é explicável, porque está a dizer que vai reduzir, que vai utilizar

estas taxas. Mas porquê? É isso que nós, ao fim destes anos todos, ainda não compreendemos: Porque é que se aplica uma determinada taxa? Porque, se temos um limite mínimo e um limite máximo, eu gostaria era de saber, já que os senhores têm o conhecimento, pelo menos deveriam ter o conhecimento, porque fazem a arrecadação desses montantes, porque é que não taxam menos o munícipe. Porque todos os anos a justificação é essa, os cálculos apresentados indicam para um determinado valor e os senhores conseguem sempre arrecadar mais. Se nós temos uma previsão de x e recebemos x+1 devemos ficar contentes. Agora não percebo é porque para o ano seguinte já não ficamos contentes com este x+1 que recebemos, queremos x+2, e são sempre assim as vossas contas. Lá está, também podiam usar as tais malfadadas almofadas de que se fala muito e, nestas alturas, era importante utilizar-se essas almofadas, que estes cálculos são sempre por baixo, aplica-se a taxa máxima e estamos sempre a arrecadar muito mais do que o que esperávamos. Isso é que também é preocupante. Para isso está a tal almofada que poderia ser utilizada.

«Depois, e para terminar, eu também gostaria de compreender, quando fala que há sempre dificuldade de receber, que temos o IMI, com a construção e tudo mais está a baixar, falou aí ao de leve, mas também falou de um modo que nem convém ouvir-se bem, que é o que nós falamos todos os anos, que a arrecadação das verbas é sempre superior e tem tendência, cada vez mais, a ser superior e nunca a diminuir, porque as isenções terminam, os prédios estão a ser reavaliados com a maior celeridade, e eu não percebo porque é que se continua a dizer que "tenho dificuldade, tenho dificuldade" e que vão sempre arrecadar muito menos. Não vão! É um engano. Talvez queiram enganar alguém com esse discurso, a nós não nos enganam, porque a realidade, os gráficos que apresentou demonstram isso, é que todos os anos andam a aumentar o montante que vem, que é bom por um lado, mas será que tendo um limite mínimo e um limite máximo os senhores, desta vez, numa altura de crise, defensores dos munícipes, dos trabalhadores, não era altura também de dizerem assim: "Não, vamos também fazer a nossa parte e vamos aliviar, porque senão temos dificuldade em andar com as bandeiras negras, todos os dias, com esse discurso."»

Vereador Jorge Abrantes:

Em resposta ao senhor Carlos Santana, fez a seguinte intervenção:

«Só um primeiro esclarecimento. Eu, na intervenção que fiz, cingi-me ao ponto 1 da proposta que foi apresentada e aprovada em Câmara Municipal, que tem a ver exclusivamente com as taxas que foram propostas e aprovadas. Toda a questão associada à minoração, à majoração e à lista associada a essas minorações e majorações, que estão contidos nos pontos 2, 3, e 4 da proposta que foi aprovada, como o nosso Presidente disse, estávamos à espera do engenheiro Pires para fazer a explicação de todo esse processo, da complexidade associada a esse processo, do vasto trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nessa frente e daquilo que representa o sinal, como o senhor Carlos Santana referiu, o sinal que representa a apresentação dessa proposta. O significado destes prédios que vão ser minorados e majorados, em termos de balanço, receita e despesa ou diminuição e/ou aumento da receita, é muito insignificante. O engenheiro Pires irá referir todo o vastíssimo trabalho que está a ser feito nessa frente, no sentido de explicar o trabalho e a proposta que está referenciada.

«Dizer, também, já sobre esta matéria, como informação, que o próprio projecto-lei do Orçamento de Estado para 2012, sobre esta matéria, propõe uma alteração de Código do IMI, que diz e passo a citar: "As taxas previstas nas alíneas b) e c) (que são as minorações e as majorações) são elevadas anualmente ao triplo. As taxas são elevadas ao triplo no caso de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em diploma próprio." Portanto, neste momento, o próprio projecto-lei do Orçamento de Estado avança com uma medida, extremamente, essa sim, e penso que será um tópico a desenvolver no próximo ano, que é conciliar esta proposta com a realidade dos centros históricos do concelho, por forma a saber de que forma é que este tipo de medidas poderá servir para uma efectiva renovação e regeneração urbana, que é aquilo que nós desejamos, aquilo que eu tenho referido. Eu preferia que a lista das minorações fosse uma lista extensíssima, porque associada a essas minorações teríamos fortíssimos investimentos na recuperação, na regeneração, de muitos edifícios dos centros urbanos e os respectivos proprietários poderiam ser premiados pelo facto de estarem a desenvolver esse tipo de prática.

«Agora, relativamente à intervenção, eu julgo que há uma coisa muito clara: O Município de Peniche tem cerca de 25 000 prédios urbanos, cada prédio urbano está avaliado com um valor e, em função dessa avaliação, se é antiga ou se é recente, tem determinada taxa que lhe é aplicada, que é aquela que definimos aqui. Os valores patrimoniais desses prédios urbanos, pela taxa que lhes é aplicada, resultam nesses 3 milhões e 200 mil euros. A informação que nos podia permitir uma avaliação mais cuidadosa do que é que significava, por exemplo, passar de 0,7% para 0,68%, nós não temos essa informação, porque isso é sigiloso, as Finanças é que têm essa informação, nós não temos acesso. Eu não sei se serão 20 mil, se serão 15 mil, eu tenho uma ideia de que são 65%, é o número que me informam, mas eu não tenho acesso a essa informação pormenorizada, nem sei se esse valor rende um milhão, se rende 2 milhões, e o resto será para outra taxa.

«Portanto, digamos que a análise de sensibilidade que poderia ser feita sobre o que é que significa mexer um ponto a menos, dois pontos a menos, em cada uma das taxas propostas, por um lado os elementos disponíveis não o permitem fazer, seriam exercícios quase que académicos, e por outro estariam tremendamente condicionados pelo ritmo a que as reavaliações são efectuadas. Por exemplo, vamos falar de um imóvel que está avaliado em 20 mil euros e que paga 0,7%, porque é dos antigos, é reavaliado e esses 20 mil euros passam para 200 mil euros, porque, de facto, temos situações destas, passam para 200 mil euros e passarão a ser taxados em vez de 0, 7 vezes aquele valor inicial que eu referi, um valor baixo, ridículo, passarão a ser 200 mil euros vezes a outra taxa, que é o 0,4. Diminui a taxa, mas aumenta substancialmente o valor a tributar e, digamos, que é esta realidade que irá ocorrer ao longo do ano de 2012, se, de facto, aquilo que está a ser prometido, de acelerar o ritmo das reavaliações, acontecer.

«É que estaremos perante uma realidade, essa sim, que será um somatório dos avisos que os proprietários irão receber a dizer "o seu prédio será reavaliado para este valor". Os proprietários irão ter possibilidade de contestar o valor dessa reavaliação, mas o que é um facto é que imóveis que, actualmente, tem um valor bastante baixo, mas sobre os quais incide os 0,7%, passarão a ter valores substancialmente mais altos, sobre

o qual incidirá 0, 4%. Pensamos que, nessa fase, e toda a gente, digamos que é uma análise nacional que é feita sobre esta realidade, pensamos que as receitas do IMI, por essa via, irão aumentar, porque prédios que estavam subavaliados irão passar, apesar de estarem com uma taxa menor, irão passar a pagar muito mais do que aquilo que actualmente pagam apesar de terem uma taxa mais elevada.

«Portanto, em relação aos números, eu diria que a expectativa que o Município tem de ter uma receita de 3,4 milhões de euros, será o valor que estamos a estimar para 2012, no contexto do Orçamento Municipal é uma verba importantíssima para a respectiva gestão. Neste momento, estarmos a avançar com qualquer redução, por mais pequena que fosse, de por exemplo passar de 0,4 para 0,39, passar de 0,7 para 0,68 ou 0,67, os efeitos seriam redução do valor global da receita do Município, em termos de IMI, que, neste momento, face à realidade que estamos a passar, à diminuição das receitas que o Município de Peniche está a ter, não conseguimos, ou julgamos que não será possível, avançar com uma proposta que reduza ainda mais o conjunto das receitas do Município de Peniche, dificultando, por essa via, o exercício do serviço que estamos a fazer.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Queria só completar mais algumas questões. Desde logo, enfim, o Carlos normalmente, utiliza umas expressões que eu acredito que, quando um dia estiver aqui deste lado, vai perceber que não são nada agradáveis. Isto são questões democráticas, as opções, não é agradável, para não estar a adjectivar de outra forma, o facto de haver aqui acusações do tipo que andamos aqui a enganar as pessoas. Creio que não há nada que enganar relativamente àquilo que são as diminuições das transferências. Alguém tem alguma dúvida? Ó Carlos, alguém tem alguma dúvida sobre a diminuição gravosa das transferências para os municípios? Alguém tem alguma dúvida sobre a diminuição do IMT ao nível também da receita? Ninguém tem dúvida relativamente a isso. Alguém tem dúvida que vai haver um agravamento dessa diminuição que é força da redução das próprias transacções? Não vai haver dúvidas. Eu creio que, quando se coloca desta forma, não vou dizer sério, mas é mais correcto que se coloque desta forma.

«O Carlos referiu aí a questão da iluminação de Natal, ao longo dos últimos anos, o valor médio que se investiu a esse nível situava-se na ordem dos 11 mil euros, em termos das aquisições que eram feitas, etc. Este ano, vamos reduzir muito significativamente, aproveitando todas aquelas que são as estruturas que já estavam adquiridas anteriormente, sem recurso a horas extraordinárias para a sua instalação e, além disso, encurtar o tempo em que a iluminação irá estar acesa, quer no período, em termos do número de dias, quer também o horário durante cada o dia.

«Nós ouvimos aquilo que são as opções de alguns municípios, e há dos mais diversos caminhos que foram seguidos. Há casos que estão manter tudo e até agravam, nem vale a pena estar a falar o que ultimamente se tem falado sobre a Madeira, que nem nos queremos comparar, obviamente, mas diminuímos o investimento. Que fique claro! E vamos diminuir o que são as despesas correntes com esta afectação. Ou seja, a diminuição do número de dias e, dentro de cada dia, a diminuição do horário. Entendemos que isso seria importante. O nível depressivo em que as pessoas se

encontram, por outro lado, a necessidade relativamente ao próprio comércio local, nós podermos, também, lançar, não ficar a coisa tão negra, ou ainda mais negra do que aquilo que está. Foi uma avaliação que nós fizemos, e também com esta nota de uma redução muito forte. Mas, de alguma forma, acho que as pessoas também não vão deixar de dar prendas, podem é ser mais pequeninas. Esta, se quisermos, é também uma prenda mais pequena, mais adaptada, e espero que os comerciantes possam entender e registar esta decisão que tomamos.»

Carlos Santana (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Ó senhor Presidente, quanto à questão da luz, eu falei do que se vai fazer porque o senhor Vereador está preocupado com o aumento do IVA e, se está preocupado com o aumento do IVA, deve é reduzir. Isso é o que nós fazemos nas nossas casas, mas pronto, era só nesse campo.

«Quanto ao exercício académico, permita-me que dê ao senhor Vereador Jorge Abrantes uma dica, posso estar enganado, porque há muitas alterações, mas é assim: Pelo que eu saiba, toda a vez que há uma transacção de um imóvel, a Câmara é comunicada para exercer ou não o seu direito de preferência sobre a transacção, e está lá o valor patrimonial dos imóveis que são transaccionados. Terá sempre armas para trabalhar. Como se inventaria prédios inventaria-se os imóveis. As escrituras vêm todas parar à Câmara, por isso não digamos que não temos meios. Meios temos, e nós sabemos que temos. Aproveito para sugerir que vá acumulando uma base de dados e depois falará das evoluções do IMI.»

Tiago Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Sobre a matéria que hoje nos traz a esta assembleia extraordinária, o Grupo do Partido Socialista tem que começar esta intervenção e este debate fazendo um reconhecimento relativamente às dificuldades financeiras do país, do município e das famílias. Reconhecemos, também, que, finalmente, há uma discriminação positiva relativamente a quem reabilita, recupera e conserva imóveis, a falada minoração em 30%. Também reconhecemos que há lugar a uma discriminação negativa de imóveis degradados, a uma majoração em 30%. Mas, também, é por todos os membros da bancada do PS verificado que, salvo uma ligeira diminuição em 2009, em 2008, 2010 e 2011 foram anos em que a arrecadação do Imposto Municipal sobre Imóveis foi superior.

«Feita esta introdução, é com espanto que este Grupo recebe a intervenção inicial, quer do senhor Presidente da Câmara, quer do senhor Vereador das Finanças, pela total ausência, a nosso ver, de referências quanto a este ser o momento para também implementar um plano de ajustamento e de contenção de despesas por parte do Município. Porque, convenhamos, a célebre justificação de redução de transferências do Orçamento de Estado aos municípios ser compensada por estes com aumentos de taxas do IMI e do CIMI, à custa dos munícipes, porque, apesar de ser possível fixar o valor legal máximo, também nos é exigido, enquanto autarcas eleitos pela população deste concelho, ponderar se já não estamos no limite para as possibilidades dos nossos

munícipes. Pois, não é possível esquecermo-nos que a curvatura da evolução da arrecadação da receita do IMI tem vindo a ser crescente, dado que há também entrada de novos imóveis à colecta, pelo fim de isenções e por causa de novas avaliações. E mais, esta justificação de cortes de transferência da Administração Central do Estado para os municípios não é de hoje. Vá verificar o conjunto de evolução dessa matéria e vamos encontrar que, se calhar, desde 2002, que estamos a sofrer esse tipo de justificações. E, nessa altura, o Dr. Jorge Abrantes e o Dr. António José Correia não estavam ausentes no estrangeiro, eles eram Vereadores da Câmara deste Município, como todos sabemos. E sabemos todos quais eram as posições que defendiam e, nessa altura, as posições que tinham com essas reduções. No entanto, este Grupo vai votar favoravelmente esta proposta, tendo em conta os considerandos que já explicámos, porque não temos nem duas caras, nem duas posições.»

Cristina Leitão (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu, em relação à intervenção do senhor Vereador Jorge Abrantes neste ponto, eu li a acta que nos foi enviada e ouvi a explicação e começo a pensar que eu até podia aceitar as suas justificações, porque eu sei que a Câmara vai ter menos verbas do Orçamento de Estado, mas também sei que a Câmara quer aumentar as suas verbas através destas receitas do IMI. Eu até podia aceitar que isto fosse possível na situação em que vivemos, mas era se eu soubesse que a Câmara iria utilizar as verbas de uma forma correcta, iria utilizá-las bem. E o que tem sido visto, nos últimos anos, é que, mesmo assim, a dívida tem crescido e, portanto, eu calculo que não será agora o momento de se utilizar bem as verbas que se vão buscar às pessoas, que hoje, têm muita dificuldade em pagar, e falo também destas verbas do IMI.

«Eu acho inacreditável que o senhor Vereador Jorge Abrantes venha dizer que não sabe qual é o valor que vai arrecadar, porque sabemos que vai arrecadar, pelo menos, o que arrecadou neste ano, até porque ainda não acabámos o ano e já arrecadámos mais do que o ano passado. É natural que estas percentagens, estas questões de minoração e de majoração, podem não ser muito significativas para a autarquia. Mas, se calhar, para algumas pessoas até será e, portanto, aí é positivo terem incluído isto, que nós já andamos a pedir há alguns anos.

«Também fico perplexa quando diz que tem um valor mais reduzido, porque sabe que não vai ter, sabe que as isenções dos dez anos e dos seis anos não existem e que todos os prédios no próximo ano vão passar a ser avaliados, como disse, e vão ter valores patrimoniais maiores, logo a autarquia vai receber mais pelos imóveis que hoje têm valores patrimoniais menores, pelo que sabe que vai ter um aumento. Portanto, esta coisa de dizer que não sabe quanto vai arrecadar não lhe fica bem.

«Nas suas intervenções, quer na acta da Câmara, quer aqui, fez questão de fazer referência ao peso da electricidade e o que isso vai querer dizer para as contas do Município, a questão do IVA na electricidade. Mas, o Carlos já aqui falou na iluminação de Natal, nós sabemos que há municípios que não puseram iluminações de Natal para poupar, o senhor Presidente já justificou, mas eu pergunto, por exemplo, se será necessário iluminar uma obra, uma obra que não está terminada. Refiro-me à obra do CAR Surf, é uma obra que está iluminada, eu não sei se é o construtor que paga aquilo,

eu duvido que seja, numa altura destas, ou se está no contrato que tem de estar iluminado, portanto, logo aí, poderíamos poupar alguma coisa, mas não, aquilo está sempre iluminado, todas as vezes que lá passo, eu vejo que a obra está iluminada, hoje em dia até estamos a pensar em deixar de iluminar grande parte do nosso património e agora uma obra, que ainda não está concluída, está iluminada, não me parece bem.

«Depois, o senhor Vereador diz também que quer manter a taxa do IMI em 0,7% e, portanto, eu vejo que não está preocupado com as famílias que, para o ano, vão ter mais dificuldade em pagar. Seria importante para essas famílias diminuirmos, por pouco que seja. Eu penso que deveríamos reconsiderar, porque sabemos que para o ano vamos recolher, pelo menos, a mesma verba que recolhemos este ano. Mas pronto, eu vejo que não há essa preocupação, se calhar sou só eu que me preocupo com esta questão. Eu penso que a atitude devia ser positiva, que devíamos pensar que se estamos sempre a reclamar que o Estado põe mais impostos, põe mais impostos e depois vemos a autarquia a fazer exactamente o mesmo, numa situação em que para o ano vamos estar todos pior, acho que seria benéfico fazermos alguma coisa em relação a isso, sabendo que, pelo menos, o mesmo valor vamos receber.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Queria dizer o seguinte: Desde logo uma coisa, só para esclarecer, que a questão da iluminação do CAR Surf, aquilo está em obra, é da responsabilidade da empresa e, portanto, é uma política da empresa, não é colocado qualquer custo relativamente ao Município.

«Depois há uma questão que é assim: A Cristina acabou de dizer que não sei quê, mais impostos. Não há mais impostos. Aquilo que nós fazemos é... inclusivamente tal é a, eu diria, consciência pesada que a Administração Central e o Governo têm, relativamente a isto, e aquilo que foram as diminuições e estão a ser as diminuições das receitas dos municípios globais, que admite uma possibilidade de uma proposta, e que o vosso partido leva para a Assembleia da República, de dar a possibilidade aos municípios para aumentar. Portanto, aquilo que eu acho que se deve ter em conta é que, apesar dessa possibilidade, o Município de Peniche não iria recorrer a essa possibilidade. Até podíamos fazer contas assim: Se depois do Orçamento de Estado há a possibilidade desse aumento, vamos ver qual é que era em termos de efeito esse aumento, para ver como é que o Município de Peniche prescinde dessa possibilidade que lhe é dada pelo Governo.

«Aquilo que eu queria também aqui dizer é o seguinte: Nós estamos preocupados com as famílias e estamos preocupados também com os investimentos. Ora, toda a gente sabe qual é o nível de investimento que o Município de Peniche tem em desenvolvimento e que, obviamente, tem de encontrar formas para o seu financiamento. Poder-se-á dizer assim: Bom, porque é que isso não foi dito na justificação inicial? Admitamos que não o dissemos e que, por isso, é que as sessões não é apresentação, votação e já está. É para, nalguma outra circunstância, nós podermos dar conta de alguma ou outra coisa que não ficou tão esclarecida no devido momento. Há aqui esta componente do investimento que é extremamente importante. Ainda por cima, eu creio que toda a gente sabe, quais é que são as dificuldades que o sistema

bancário, neste momento, atravessa, e que, obviamente, com as alterações que também possam vir ou advir do Orçamento de Estado, as questões da capacidade de endividamento, que, apesar de o Município vir também através do rateio a ter capacidade de endividamento, a grande dificuldade que vai ser de recorrer ao financiamento bancário. Por isso há um conjunto de razões que impedem o Município de baixar esses valores.

«Relativamente ao Tiago, lembro-me bem dos anos de 2002 e lembro-me muito bem, Tiago, quando surgiu esta questão do IMI e do IMT, o Vítor [Mamede] também lá estava, nós tivemos uma posição que foi de viabilizarmos a taxa mais elevada que, na altura, o teu pai propôs, o então Presidente Jorge Gonçalves, votámos isso favoravelmente, ou seja, tendo em conta aquilo que nós entendíamos, as contas que nos eram apresentadas.»

Vereador Jorge Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Já agora só dar um esclarecimento. Eu estive à procura das transferências do Orçamento de Estado de 2002, 2003 e 2004 e, de facto, em 2004, foi o valor mais alto que encontrei. A transferência para Peniche foi de 4 milhões e 481 mil euros, em 2012, portanto 8 anos depois, são 4 milhões 641 mil euros, ou seja, um aumento de 160 mil euros, de 2004 a 2012, nas transferências do Orçamento de Estado. Portanto, em 8 anos, um aumento de 2%, são contas grosseiras, em 8 anos de transferências do Orçamento de Estado para o Município de Peniche. O que vem ao encontro da constatação da redução. Porque, se eu tivesse a comparar com os 5 milhões e 200 mil euros que estavam na proposta inicial, na que foi aprovada no Orçamento de Estado para 2010, naturalmente que esses 5 milhões e 200 mil euros que nos foram garantidos com a aprovação do Orçamento para 2010, era uma realidade. Mas o que é facto é que, em pleno 2010, houve uma redução para 5 milhões de euros, em 2011, houve uma redução para 4,7 milhões de euros e, neste momento, para 4,6, o problema é este. Se nós tivéssemos com os 5 milhões que em 2010 foram aprovados na Assembleia da República, mas que depois foram reduzidos no próprio ano, dois meses depois, nós poderíamos estar aqui a discutir eventuais reduções no IMI. Agora, o que é um facto é que em 2004 e em 2012 a transferência do Orçamento de Estado para o Município de Peniche é praticamente a mesma, e isso é que é preocupante.»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu queria destacar, antes de mais, o que me parece ser alguma incoerência em relação ao que foi dito aqui há um ano atrás, mais dia, menos dia, e o que é dito hoje. Há um ano atrás, dizia-se que não se podia ainda aplicar a questão das minorações e das majorações, porque não havia um estudo do impacto económico que estas majorações e minorações iam ter. Agora, continuamos a não ter estudo, mas já se pode aplicar e parece que não é muito relevante o impacto. Portanto, ao fim de cinco anos de podermos ter estado a fazer regeneração urbana, aplicando estas minorações, nomeadamente, e também as majorações, porque para as pessoas, como a Cristina disse, pode ser relevante, para a Câmara pode ser um valor que não é muito relevante,

mas para as pessoas pode ser. Ao fim de cinco anos, finalmente, isso é feito. Acho que há aqui uma incoerência que registo.

«Vejo, também, que, agora, a questão da impossibilidade de se fazer um estudo de impacto económico vem já como justificação para não se poder ponderar a redução da taxa aplicável de IMI. Espero que, daqui por um ano, não venhamos dar com uma redução, mesmo sem estudo, porque acho, realmente, que para se fazer uma redução é bom que se faça o estudo e que se saiba quanto é que pode haver a menos na redução. Agora, é possível fazer-se um cálculo, como o senhor Vereador disse, e há outras Câmaras, aqui bem perto, que fizeram esse cálculo e, inclusivamente, como sabem, reduziram as taxas.

«Quero pegar na intervenção do senhor Presidente da Câmara, para dizer que a questão das reduções das transferências que o senhor Presidente vem reiterando, que toda gente já ouviu, inclusivamente num debate sobre a reforma autárquica em que o senhor Presidente foi falar da redução das transferências, quando todos os outros presidentes de câmara falaram, efectivamente, da reforma autárquica. Na questão das transferências, ela existe para todos os municípios e não é só a Câmara de Peniche, ou seja, se na Câmara de Peniche há reduções de transferências e não há redução da taxa do IMI, eu aceito, acho que até tem alguma lógica que assim seja. Agora a verdade é que olhamos para outras câmaras, em que há redução das transferências, mas há redução das taxas de IMI. Ou seja, se calhar, é a gestão da câmara que não corre tão bem na Câmara de Peniche como noutras câmaras aqui bem perto. E o senhor Vereador Jorge Abrantes gosta muito de dar outros exemplos, de outras câmaras, e temos aqui o exemplo da Câmara das Caldas, que já tinha uma taxa mais baixa e este ano tem uma nova redução na taxa do IMI.

«Tal com disse o Tiago, na sua intervenção, e fazendo um paralelismo com aquilo que é o discurso, na Assembleia da República, do partido que aqui sustenta a Câmara, eu esperava ouvir aqui as medidas para conter a despesa da Câmara. É verdade que não estamos na apresentação do orçamento, mas é importante que se pense nisso também, porque não é só ter receita, já sabemos que vai haver mais receita, porque estas taxas levam a mais receita, são contas que os gráficos sustentam, mas havendo mais receita convém que também haja menos despesa, para que se possa corrigir também o défice, porque o défice não é só no Estado, também é na autarquia. E, finalmente, e em relação às luzes do Natal, eu gosto muito do Natal, gosto muito das luzes de Natal, mas acho que há anos em que há opções que se devem tomar, e eu parece-me que a opção que outra câmara aqui bem perto tomou, e confesso que não tenho a certeza se foi a da Lourinhã ou se foi a de Torres Vedras, de canalizar as verbas que estavam destinadas para as luzes de Natal para as IPSS, seria mais em linha com o que foi a deliberação que aqui todos juntos tomámos na última sessão da Assembleia Municipal.»

José Leitão (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu queria começar por dois aspectos que me parecem positivos. Um tem a ver com a minoração e com a majoração. Eu julgo, e perdoem-me a imodéstia, eu julgo que fui o primeiro a falar dessa questão nesta Assembleia Municipal, há uma série de anos.

Agora, permitam-me, estou a ver ali o Jorge Abrantes a dar à cabeça que sim, ele foi, se também não me falha a memória, um dos que me atacou, disse que discordava frontalmente dessa ideia, agora aparece com ela. Óptimo! Não tenho nada contra isso. Se fosse ao contrário, também para mim era igual. Fico muito satisfeito e considero uma questão muito positiva termos ido por aí. Se calhar, não tanto pelo impacto económico que tem, mas mais por outro tipo de impacto que possa ter e que me parece muito interessante.

«Como estou num partido democrático, quero dizer que concordo com a estratégia do senhor Presidente da Câmara para a iluminação de Natal e, portanto, acho que fez bem em pôr alguma iluminação de Natal na nossa terra. Julgo que o ambiente que todos vivemos, de preocupação, e que não vale a pena estarmos a perder muito tempo com isso, é um ambiente pesado, é um ambiente que a todos nos preocupa muito, e, se calhar, nestes períodos, nestes momentos, me parece importante que haja alguma possibilidade de desanuviar, seja de que forma for, e não me parece que seja por aí que se resolvam muitas das outras situações de grande dimensão que temos, infelizmente.

«Falou-se aqui, também, de uma outra questão, que eu queria deixar uma sugestão, que é a relação que tem a ver com o mexer nestas taxas e, normalmente, acontece sempre isso. Por um lado os executivos apelam a não baixar as taxas, porque querem fazer investimentos, e as oposições ou as bancadas acabam por dizer: Devemos é baixar e transferir esses valores para as famílias, para as pessoas, para aumentar o seu rendimento. Eu tenho naturalmente a minha ideia sobre essa matéria, não a vou apresentar agora aqui, até porque acho que há um outro nível fiscal em que me parece que é muito mais importante discutirmos esta questão de opção investimentos versus famílias do que o IMI, na minha opinião.

«Agora, se me permitem, uma brincadeira ao vereador Jorge Abrantes: Nunca mais diga que nos últimos 8 anos teve 2% de aumento nas transferências do FEF. Se o Vítor Gaspar ouve isso, o senhor, para a semana, tem aí um despacho qualquer que lhe tiram 3 ou 4%, para compensar estes 2% que teve.

«É muito usual, reconheço que fruto dos anos em que já cá andamos todos, que na construção dos orçamentos, normalmente, estas rubricas que sabemos que vão crescer não aparecem crescendo. O próprio Vereador já disse que para o orçamento de 2012 vai considerar o mesmo nível de receita do IMI que tem em 2011, ou que, pelo menos, que estimava que tinha.

«O desafio que eu queria era o seguinte: Não há estudos que nos permitam fazer com fiabilidade o impacto negativo que possa ter a redução da taxa. Sabemos que o que vem aí, em termos de IMI, para um conjunto de pessoas, e vou falar só aqui de um nível que são os jovens que adquiriram casa, pode-lhes vir a ter um impacto não muito bom com o desaparecimento de isenções ou redução dos períodos de isenções. Se calhar, poderíamos encontrar aqui uma solução que resolvia o problema do senhor Vereador de não ter os elementos necessários para fazer as contas, que era, e deixo-lhe esse desafio para o orçamento de 2013, se considerar para 2012 a receita praticamente equivalente à de 2011, tudo aquilo que cobrar a mais e que teoricamente não lhe vai fazer falta, porque não está orçamentado, não lhe vai fazer falta para suprir as suas despesas, porque tem um orçamento equilibrado, pelo menos no papel, então que o

projecto no ano a seguir em benefício das famílias e das populações do concelho, mesmo que, admito, neste caso do IMI, mesmo que seja a um nível selectivo. Comecei por lhe dar um exemplo: Vamos pegar nesse valor e compensar os jovens casais que viram interrompido os seus períodos de isenção ou reduzido os seus períodos de isenção, e que não seja de uma forma porque há muita gente que paga IMI porque tem muita propriedade e até que não precisa, ou seja, podermos, *à posteriori*, porque vamos orçamentar uma determinada receita, se cobrarmos mais, *à posteriori*, reaplicá-la. Eu esperei seis ou sete anos pelas minorações e pelas majorações, também estou disponível para esperar cinco ou seis anos por esta ideia, mas cá fica com uma ideia de que pode pensar.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Podemos responder só no fim, mas eu creio que, dada a natureza das coisas, talvez valha a pena falar de imediato. É o seguinte, para além daquilo que o Jorge pode eventualmente falar, queria só dizer o seguinte: Eu concordo com esta última parte, concordo com a tua preocupação relativamente às situações dos casais jovens, etc.. Estamos é num cenário difícil, em minha opinião, com muita clareza, de o poder fazer, porque, por exemplo, quando há bocado falava na questão dos investimentos, há um investimento que a Câmara Municipal definiu como prioridade, que o projecto está avançado, relativamente á questão da construção, no que diz respeito à questão dos terrenos, tem a ver concretamente com o Centro Escolar de Atouguia da Baleia. O problema é que, penso que todos ouviram recentemente, relativamente à comparticipação para os projectos em sede de QREN aumentar para a ordem dos 90%, o problema que nós temos estado a trabalhar, depois darei mais algum detalhe. Aquilo que nós verificamos é que uma coisa é a comparticipação, outra coisa é a base elegível para essa comparticipação. Isso está a deixar-nos muito preocupados, na medida em que aquilo que são os valores de referência para essas obras são abaixo e vamos ver como é que depois, em sede de concurso, se esta diminuição de trabalhos vai reflectir-se depois nos preços que as obras nos vão dar. Por isso, aquilo que nós temos estado a trabalhar e o que nos deixa bastante preocupação são, por um lado, os diferenciais entre aquilo que é elegível e aquilo que é o custo da obra, a impossibilidade relativamente a nós temos, por exemplo, casos que têm a ver com arranjos exteriores, temos de ser nós, eventualmente, a fazer, por forma, também, a diminuir, mas com recursos próprios, e o difícil acesso, depois, à questão do crédito. Por isso percebo perfeitamente a questão, só para dizer que não somos insensíveis a isso, como é óbvio, agora, por exemplo, quando nós colocamos a questão de um investimento desta natureza em termos de centro escolar não podemos abdicar destes valores.

«Queria dar só uma nota um pouco transversal a todos relativamente àquilo que têm sido algumas referências relativamente à redução de despesa. Existem, para 2011, já alguns sinais dessa redução, ela vai continuar em 2012, também ao nível da redução de despesa, e com situações que quando for aqui na avaliação da proposta que iremos trazer irão sentir. Com o envolvimento de todos os serviços, mas não tenho dúvida nenhuma que vai haver diminuição da qualidade global do serviço que o Município irá apresentar.

«Sobre os aspectos que têm a ver com o facto de ser só agora, ao fim de quatro ou cinco anos, esta questão das majorações ou das minorações, o trabalho que aí está, como devem ter reparado, não é um trabalho daqueles que seja feito de ânimo leve. De qualquer forma, não dá muita vontade de rir, porque mobilizamos meios, temos desde o pessoal da fiscalização técnica, o comandante operacional municipal, para se verificar das condições e resultam de um trabalho sistemático que em termos de toda a equipa da Câmara é feito. Nós pretendemos continuar com esse trabalho, na medida em que os recursos que nós temos, porque mesmo para este trabalho ter chegado hoje aqui houve um empenhamento fortíssimo do departamento para que eles pudessem obedecer aos requisitos legislativos que se impõem para isto.»

Vereador Jorge Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente às questões que o senhor Ademar Marques colocou, eu gostaria de relembrar que, em sede de orçamento de 2011, ou da realidade de 2011, este aumento que estamos a verificar da receita do IMI, face a 2010, e aqui o quadro demonstra, não é suficiente para compensar as reduções brutais que estamos a ter, repito, brutais, em termos de IMT. Ou seja, as espectativas que, no início do ano, tínhamos para estes impostos, no caso do IMI, eles estão a corresponder e vão ao encontro daquilo que estava orçamentado com ligeiras alterações. Será sempre difícil acertar, ouve um ano que falhámos por 0,1%, o valor que pusemos no orçamento correspondeu a 99,9% do realizado, foi mesmo, como se costuma dizer, na muche. E este ano também, eu diria que variações em 1, 2, 3% face ao orçamentado, na realidade penso que são toleráveis.

«Dizer também que, por exemplo, para o orçamento de 2012 estamos a apontar um crescimento da receita do IMI na ordem dos 4%, não tenho bem ao certo qual vai ser a evolução percentual certa, mas será na ordem dos 4%, é aquilo que estimamos no orçamento para 2012. Esperamos que o aumento de prédios a serem avaliados e a ser integrados na cobrança do IMI vá permitir atingir este objectivo. Se entretanto, tivesse existido um forte volume de reavaliações ao longo deste ano, tivessem sido inseridas na base de dados automaticamente, eu estaria a ser modesto na perspectiva de aumento da receita. Mas, eu também não sei se esse movimento de reavaliações foi muito vigoroso, se foi pouco ou se não existiu, porque essa realidade não passa por nós. Todo esse processo que, como disse, o Código previa que até 2013 tivesse concluído, mas nós não sabemos o ritmo a que aconteceu neste último ano e que terá efeito nas receitas do próximo ano. O que sabemos é que, neste momento, o Governo está a projectar acelerar e concluir o processo de reavaliações nos imóveis, para efeitos de equidade, por um lado, e de eventuais reforços das receitas fiscais das receitas municipais, para poder, por essa via, compensar aquilo que, por outras formas, tem tirado. Lembrar que o memorando da tróica já foi alterado nesta frente, o memorando da tróica previa que o aumento das receitas provenientes da reavaliação do IMI e da anulação das isenções seria uma receita para a consolidação orçamental da Administração Central e, neste momento, já sabemos, ou pelo menos foi prometido à Associação Nacional de Municípios, que o aumento das receitas resultantes destas situações passarão a ser destinados à consolidação orçamental dos Municípios, o que, na prática, constituiu um avanço e um reconhecimento importante de uma matéria muito determinante para o

conjunto das receitas municipais, em que o Governo, de facto, acaba por reconhecer que estando a retirar por um lado acabará, por esta via, por tentar compensar outras reduções que estão a correr e assim este processo se desenrola.

«Sobre o senhor José Leitão, eu não me lembro de ter atacado as sugestões, reconheço toda a persistência, em todas as assembleias municipais que fizemos, sobre o IMI. A persistência de incluir aquilo que o Código permitia e que nós, sistematicamente, não apresentávamos. Eu não sei qual seria o momento, mas eu convidei o engenheiro Pires a estar aqui precisamente porque julgo que seria importante ouvir a história daquilo que culminou na apresentação de todos estes documentos que, nos vários *e-mails* que foram enviados, tiveram oportunidade de receber, daí, inclusive, fazer uma sugestão à Assembleia, ver até que ponto é que sobre esta matéria, dado que também faz parte deste ponto da ordem de trabalhos, até que ponto não seria interessante ou importante ouvir umas palavras de cinco, dez minutos que o engenheiro Pires fizesse. Porque é necessário saber o trabalho que está envolvido na apresentação desta pequena lista de imóveis a majorar e de imóveis a minorar, todo o trabalho que está associado e todas as orientações que foram necessárias ter para o apresentar, daí a sugestão de, em qualquer momento, o engenheiro Pires poder fazer a história deste processo que culminou nestas listagens que foram enviadas esta semana.»

Carlos Santana (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Esta questão, quando o senhor Vereador fala sempre, constantemente, no problema das transferências, na redução das transferências, é sempre, permita-me a expressão, é sempre para fugir à explicação de porque é que se aplica uma determinada taxa, e não mais do que isso. Esse discurso, eu agora vou dizer de outra maneira, anda a engrupir todos aqui que estamos presentes à espera de uma explicação. E então, se assim é, e se estamos com um problema de transferências, se calhar, não é para esconder a má execução orçamental que a Câmara empolgou no início, que até foi apelidado do orçamento dos três efes, que eu acredito, sem ver documentos, a despesa deve estar nos 90% e a receita deve estar nos 30%, devo errar por pouco, mas, certamente, hei-de errar. Isto é que é a realidade, e aonde é que vamos colmatar as deficiências de execução, de empolgar orçamentos para despesas sem saber onde é que está a receita, mas sabemos todos os anos que não vamos receber, mas quando é para aplicar o orçamento é só despesas, e essas estão lá, e vamos ver foi como no ano passado, estavam em 90% as despesas e receitas é 30%. É o que está a acontecer, e então lá vai o munícipe pagar. Está bem, beneficia muitas vezes das festas e dos passeios, mas é isso que vai acontecer. É que andamos a pagar a má execução que é essa que anda sempre escondida.

«Não consigo compreender quando o senhor Presidente fala na dificuldade do crédito. Que a situação dos bancos está difícil, todos reconhecemos, até reconhecemos senhor Presidente. Daqueles exemplos que deu esqueceu-se de dizer que o país está em crise, e isso é que é o fundamental, que é daí que deriva todo o problema que nós estamos a atravessar agora. É do país estar em crise. E, quando diz que há dificuldade no crédito, quando diz que tem dificuldades para os investimentos que está a fazer, a questão do QREN, que eu acredito que esteja, eu só não consigo compreender, e alguém

que me explique, é como foi votado aqui e foi aprovado um empréstimo de três milhões para o PROHABITA, só para ganhar eleições. É que são três milhões, então há dinheiro com fartura, até estamos a conseguir. Se formos ver o relatório, é verdade que se diga, nenhum banco quis emprestar dinheiro, nenhum banco quis emprestar, se calhar desta vez é que os homens do risco funcionaram bem, que é um risco muito grande. Pois é, o problema é esse, é o BPN, e é aqueles que defendem o povo e conquistam coisas dos BPN e companhia L.da também querem andar bem montados, esse é que é o grande problema dos que defendem o povo, é que têm tiques também de BPN. Essa é a questão que eu gostava que me explicasse, senhor Presidente, se tem tanta dificuldade em contrair empréstimos para fazer face aos investimentos que alguns, todos reconhecemos, são obras magníficas, então porque é que se vai pedir para o PROHABITA três milhões? Para isso temos dinheiro.

«E depois, quando diz que houve um trabalho enorme para a minoração e majoração, ó senhor Presidente, sejamos claros, a serem aprovados estes critérios não precisa de trabalho nenhum, é só querer aplicar, agora pode dizer-me que fiscalizar dá trabalho, concordo perfeitamente, e tem custos. Agora decidir aplicá-los, isto é um *copy paste* do que está na lei, senhor Presidente, aí desculpe que lhe diga, nem tirar nem pôr. O levantamento foi todo quase em 2011, foi o mês passado, é por isso que ainda houve documentos que chegaram hoje, há pessoas que nunca vêem os *e-mails*, vêm para aqui acenam e dizem ámen, mas há outros que ainda têm um tempinho para passar assim um *zapping* pelos documentos e vêem-se lá as datas, é quase tudo de 2011 e de Novembro. Agora o difícil, muitas vezes, e concordo consigo, senhor Presidente, é ter dificuldade em aplicar depois as regras do jogo, isso compreendo eu perfeitamente, e mais, isso é que eu também não percebo e ficou-me esta dúvida e queria que me explicasse, também, porque é que esta minoração e majoração só é aplicada, aí posso ter interpretado mal e só quero que me esclareça, só é aplicada a estes prédios que é na zona do QREN ou na zona de intervenção? Então já não vou dizer que há portugueses de primeira e portugueses de segunda, mas vou dizer que há penicheiros de primeira e penicheiros de segunda. Então não é o momento de pôr a equidade que tanto que se fala? Direitos que são iguais para todos, é isso que é, a igualdade é o princípio da equidade.

«Agora isto eu acho e concordo quando o senhor Vereador diz que não vai arrecadar grandes milhões de euros, concordo perfeitamente, mas é uma disciplina, é uma regra que até os munícipes, se souberem que ela existe, podem ser incentivados a aplicá-la, a utilizá-la, isso é fundamental, e aí dou os meus parabéns. Como disse, há pouco, mais vale tarde do que nunca e acho que é uma medida bem aplicada. Se levou muito trabalho a pensar nisto, quando depois nós estamos aqui todos ansiosos a aguardar a explicação eloquente de como se aplica tudo isto, e resumiu-se a dois minutos de dificuldade nas transferências, que cada vez são mais reduzidas. Transferências... transferências... transferências e vamos arrecadando bastante, só que vamos gastando ainda mais.

«Ó senhor Presidente, os números dizem, o mal dos números para as letras é esse. É que os números dizem sempre, eu posso estar aqui a dizer três bacoradas, mas os números que os senhores imprimem dizem sempre que estão em défice, e grande, e é esse o problema que nós temos, e é isso que queremos ajudar a que não aumente. Mas,

como digo, também, estamos num Estado democrático, os senhores executam da maneira como entenderem.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Essa de estarmos num Estado democrático e vão-nos ao bolso todos os dias, contrariando o que está estipulado há muitos anos, isso é muito discutível da democracia neste país.

«Primeiro é preciso dizer que não se está a propor nenhum aumento de taxa, isto deve ser um grande problema de consciência que existe na cabeça dessa bancada, porque, só o IVA, assim de uma penada, no mês de Outubro deste ano, foi 17% para todos, o aumento foi de 17%, e parece que é um aumentozinho. Para quem tem rendimentos baixos, naturalmente que a Câmara e as grandes empresas levam todos por tabela, e custa, e provavelmente só este valor põe em causa a viabilidade de algumas empresas, admito que sim, não conheço mas admito que sim. Agora de 6% para 23% é escandaloso, isto é escandaloso, é só escandaloso não tem outro nome. E faz-se em Outubro, não é só para arrecadar receita, porque logo de seguida começaram a dizer que o aumento devia ser 30% e 40% e, entretanto, a EDP continua todos os anos a distribuir dividendos e a ter milhões e milhões de lucro. Isto é que é escandaloso, não é uma Câmara, que está com dificuldade, que propõe manter uma taxa, que é escandaloso.

«Depois, naturalmente que toda a gente percebe, eu não consigo perceber porque é que existem tantas dúvidas, a manutenção desta taxa impõe-se por uma razão muito simples, nós gostávamos de estar aqui a propor a redução da taxa, nós gostávamos, agora é assim, é utópico estar a defender a redução de uma taxa quando sabem que as despesas a fornecedores têm de se fazer face a elas e devia-se tentar encurtar os prazos de pagamento, que há uma redução de grande parte das receitas e, naturalmente, que tem que se fazer a contenção das despesas. Agora como é que isso se faz se, neste momento, se viesse a propor a redução também de uma taxa, que é uma receita que é das mais significativas que a Câmara tem. Naturalmente que nós sugeríamos é que o grupo do PSD transmitisse lá aos governantes, de que tem alguma influência, para que façam este aumento também em todas as outras taxas, em todos os impostos. Isso é que era agradável de ouvir.

«Eu acho, e também parece que foram levantadas dúvidas, para já parece que só eu é que ouvi na primeira intervenção do vereador Jorge Abrantes, quando ele referiu que estimava um aumento para 2012 à volta de 5%, e depois foi aqui reafirmado, várias vezes, que não estava considerado nenhum aumento, que não tinha valores. Cinco por cento é um número, é só calcular.

«Depois, acho também escandaloso, é muito triste, pessoas que, no fundo, foram sempre habituados a ser privilegiados e a ter determinado tipo de condição, estar a atacar da forma como tem sido atacada a questão do PROHABITA. Ou é porque não conhece nada, não se rala mesmo com as pessoas e é uma fantochada quando andam em eleições e não conhece nada do que é o nosso concelho e das dificuldades que existem. Pessoas que querem trabalhar e não têm trabalho, de pessoas que se vêm oferecer para ganhar o ordenado mínimo e que não arranjam emprego e se alguém tiver

emprego para essas pessoas transmitam ao Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, que ele agradece, porque há pessoas que, assiduamente, vão à porta, até pessoas de países de leste já aparecem a pedir emprego, saber se há possibilidade de trabalhar.

«Quando se sabe que uma grande parte da exploração que se faz em Peniche também se faz no aluguer, muitas vezes clandestino, de anexos, chamados anexos, por valores exorbitantes e que muitas das vezes as pessoas não podem pagar. Há um trabalhador da Câmara, do serviço de limpeza, que recebe o ordenado mínimo, e agradece por isso, mais o subsídio de alimentação e mais outras coisas a que tem direito, e que, entretanto, se vê aflito, uma pessoa que até vive sozinha, se vê aflito porque paga 250 euros de renda, numa casa que é uma casa sem dignidade.

«Quem conhece como eu conheço, até fui acusado de andar a prometer casas e dar bacalhaus e azeite, e está escrito, quem conhece o Bairro do Calvário e as necessidades que aquele bairro tinha, é assim, não é o PROHABITA é outra coisa qualquer, mas vão ver as casas antes de falar, antes de abrir a boca vão ver as casas e vão ver as pessoas e até depois podem considerar que alguma daquelas famílias nunca se esforçaram muito, até podem ter razão nalguns casos, todos nós sabemos que há sempre alguns casos desses. Mas, uma grande parte daquelas pessoas, são pessoas com dificuldades, que tiveram sempre a sua dignidade e que trabalharam sempre muito, tiveram foi azar na vida e nunca foram privilegiados, nunca tiveram a sorte, às vezes a gente passa ao lado.

«O José Leitão morou ao pé do Bairro Fernão de Magalhães, não sei se o José Leitão defenderá que aquele bairro precisa duma grande intervenção, a asneira da Câmara quando comprou o Edifício Coosofi, se valerá a pena investir naquele edifício, naquela zona, não sei. Se o Bairro Valverde precisa de investimento ou não. Três milhões de euros não chegam para nada, para as dificuldades que existem. Este é um investimento em que, se há desacordo que eu tenho com o executivo Municipal, é este um caso que eu posso dizer que discordo. Porque é que este investimento não foi feito já no mandato passado? Porque houve entraves, inicialmente, e não houve coragem política para "enfrentar o boi pelos cornos". Esta é que é a minha posição e assumo e sempre assumi e hei-de assumir, e não faço demagogia com isto nem é para comprar votos, não me interessa nada dos votos para nada, ao contrário de muitos que pretendem ter carreiras na política. Eu nunca me interessou para nada, e por isso é que me choca e falo, é desconcertante, é ofensivo este tipo de intervenções por pessoas que andam bem montadas e sempre andaram bem montadas, isso é que é desconcertante. Isto mexe comigo, infelizmente ou felizmente mexe comigo, e eu já vou dizendo a muitas pessoas que já não tenho idade, não tenho feitio nem tenho sensibilidade para... sou demasiado sensível para ouvir certas coisas.

«Eu estava a pensar que a bancada do PSD nos queria pôr, em Peniche, também a preto e branco, como, no fundo, o Governo Central está a pôr. José Leitão, obrigado! Pelo menos há um elemento da bancada do PSD que compreende a necessidade de dar luz às pessoas, dar uma esperança, porque, o mais chocante, neste momento, neste país, não é só a carga de impostos, não é estarem a roubar-nos direitos, não é comandarem a comunicação social e pagarem aos comentadores como pagam, aquilo está tudo feito, tirando honrosas excepções, isto está tudo muito manobrado, estamos a voltar atrás de uma forma democrática, esta é que é a história, estamos a voltar atrás de uma forma

democrática. Mas, o que acontece é que muitos que defendem, há muitos que já não defendem, têm que aceitar, mas há muitos que, no fundo, tiveram a esperança que isto ia mudar para melhor, é que, infelizmente, eu dizia aqui há dias a um colaborador meu, que também levam, como levam os outros, estamos cá todos para isso.

«Agora, é assim, o que eu acho mais gritante, não é só a situação do país, não é termos, e temos consciência, que se gastou mal, que os bancos e os grandes grupos económicos é que comandam nisto, já nem são os políticos, já há muita gente que fala abertamente, dantes era só a "cassete", agora a "cassete" parece que voltou ao contrário, que no fundo, neste momento, o que acontece é que isto está descontrolado, e é preciso irmos atrás do controlo da situação e até penso que a maior parte das pessoas até estão na disposição, aqueles que podem, de contribuir para que haja uma esperança.

«O problema é que não nos dão esperança, o problema é que deviam estar, não ao mesmo tempo que estão a sacar o país e com esta pressão, claro que não lembra ao diabo, mas que é aceite por muita gente, de termos de pagar muito em pouco tempo, com taxas altíssimas, e isto basta fazer a gestão da nossa casa e das disponibilidades que nós temos, para fazer contas e ver que isso não é possível. Ao mesmo tempo eu queria ver era o Governo dar um sinal, é que há um sinal de esperança que diz assim "nós estamos a fazer isto, mas, ao mesmo tempo, estamos a incentivar os vários sectores, a dinamizarem-se, apoiarem-se nos vários sectores para sairmos do buraco". Mas não, é que, com todas estas medidas e a confirmação lá do senhor Gaspar, ontem ou anteontem veio outra vez na redução dos 3%, provavelmente é muito mais grave, portanto, isso é que complica as pessoas que, no fundo, não sou eu, que já vou nos cinquentas e tais, e também já não tenho muito mais para fazer, e se tiver saúde aguento-me, agora são aqueles que estão para trás e, principalmente, para mim, são dois grupos grandes, que são aqueles de baixos rendimentos, acima de tudo reformados, e são os jovens. São os jovens, que são aos milhares, e alguns daqueles que foram tirar cursos superiores e que não têm esperança de vida, essa é que é a realidade e isto é que nós gostávamos de ver, penso que todos gostávamos de ver, e penso que quem está mais próximo do poder deve fazer sentir isso nas vossas estruturas políticas. É que, ao mesmo tempo do que se está a fazer e se acham que é inevitável, eu não acho, mas pronto, quem sou eu, há que dar o outro sinal de esperança, que se poderia fazer, agora não, a gente o que vai vendo é que todas as notícias de uns dias para os outros, agora foi a saúde, e vão tocar naquela que, no fundo, isto vai queimar alguém, isto no fim vai queimar alguém.

«A saúde é dos bens mais sagrados que nós temos, essencialmente, é dos bens mais sagrados, daqueles que têm dificuldades têm, porque há muita gente que continua a morrer, porque, infelizmente, nem têm dinheiro nem têm encosto. Não é? Quando a gente tem problemas de saúde e não tem acesso à saúde que pretendemos, a gente arranja um encosto quando é preciso, para chegar lá àquele serviço que os outros não conseguem servir, não conseguem chegar, ou paga-se ou dá-se o encosto sabe, é que isto nem toda a gente sabe. Faz-me lembrar, um dia destes, dois portugueses que vivem em Espanha diziam, foi a primeira vez, eu fiquei a saber a olhar para a televisão que aquele número dos não sei quantos milhões de desempregados em Espanha não era verdadeiro, porque grande parte dos desempregados dos trabalhadores em Espanha que estão a receber subsídio de desemprego têm um emprego que não é declarado. É

um bocadinho como isto, não é? É que a gente faz de conta que não conhece as coisas, a gente conhece e conhece perto da nossa casa, perto da nossa família e conhece, a gente às vezes faz de conta é que não vê e que não reconhece, mas estas são as realidades, essas são as realidades, e é em nome daqueles, não é fazer politiquice, não é andar com bandeira, naturalmente que tenho que enaltecer, já há bocado foi dado o toque, enaltecer a coragem daqueles que amanhã vão, daqui a bocado, alguns já estão, a fazer greve geral e não fazem mais, primeiro porque alguns precisam do dinheiro, que não podem perder o dinheiro daquele dia, outros estão a contrato a prazo, há não sei quanto tempo, e não podem fazer, e outros estão a recibos verdes, estes são daqueles grupos que, efectivamente, não podem fazer, porque senão seria mais grave.

«Pronto, pelo menos que nos dêem a iluminação de Natal e que, pelo menos, nós, naqueles dias mais próximos do Natal, eu já percebi que vão acender as luzes mais tarde e durante menos tempo. É assim, vocês já falaram durante tanto tempo, não precisa de estar desesperada! Pelo menos naqueles dias que as pessoas que passam, que circulam por aí, que estão mais próximas das suas famílias, se calhar que se vão lembrar de outros, que durante o ano muitas vezes não se lembram, pelo menos tenham aquela alegriazinha das luzes de Natal, que às vezes não têm mais nada.»

Tiago Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Para facilitar os trabalhos, vou abreviar algumas partes da minha intervenção, só para dizer ao senhor Presidente da Câmara, responder-lhe, que, sobre a primeira fixação de taxas do IMI, havia um parecer da Associação Nacional de Municípios nesse sentido, havia discussões e um acordo conjunto dos presidentes de câmara da Associação de Municípios do Oeste, na altura. Convém recordar isto, porque o contexto é muito importante ser recordado quando se fala e quando não se quer dizer a verdade toda da história.»

Director do DPGU, José Pires:

«Vou cingir-me só aos aspectos técnicos, embora tenha que esclarecer aqui algumas questões de confusões que se geraram e que eu gostava de clarificar. Em primeiro lugar, quanto à questão da minoração e majoração, que é aquilo que penso que me pediram para explicar, só quero dizer que esta lista não resulta de nenhum levantamento que fosse feito à pressa, agora em 2011. Portanto, esta lista resulta duma amostragem de, só na cidade de Peniche, de quarenta imóveis que foram participados e pedidas intervenções sobre o mau estado, em termos de segurança e salubridade, entre 2009 e 2011. Concretamente, foram doze em 2009, treze em 2010 e quinze em 2011. Portanto, isto teve a ver, exclusivamente, com os que foram participados à Câmara, participados pelos próprios nalguns casos, pelos arrendatários, pelos presidentes de junta de freguesia, foram vários pelos presidentes de junta de freguesia, e pela Protecção Civil, e que a nossa fiscalização técnica teve que intervir e teve que fazer as vistorias e os levantamentos. Portanto, queria esclarecer isso.

«Depois, se colocar este problema em dois níveis, um nível será o nível global da reabilitação urbana. Se houve aqui muita discussão sobre várias matérias, eu penso que uma das matérias que hoje há consenso a nível nacional, mesmo consenso político,

é o da necessidade de reabilitar os centros das cidades. A questão do investimento imobiliário periférico, aquele investimento imobiliário para venda está a cair a pique.

«Por isso, e no final do ano passado nós fizemos uma proposta de um programa de reabilitação urbana, para já para a cidade de Peniche e depois para se estender aos núcleos históricos de Atouguia da Baleia, Serra d'El-Rei e Ferrel. E só não se concretizou, ou só não foi apresentada para apreciação, porque isto exige estudos aprofundados e exige demarcação de áreas críticas de recuperação urbana. Demarcação segundo normas legais e que têm que ser depois publicadas. E nós tivemos a sorte, porque os nossos meios escasseiam, tivemos a sorte de ter um estágio de uma arquitecta através do PEPAL e que aproveitámos para fazer este trabalho. Pode-se dizer que, a meio de Dezembro, este é um trabalho de vários meses, irá ter a caracterização completamente pronta no que diz respeito aos núcleos históricos da cidade de Peniche, que foram identificados como três zonas, e que, só na questão do edificado, o trabalho de caracterização que está feito é um trabalho excelente. Foram analisados doze elementos e que têm a ver com a reabilitação urbana, seis dos quais, para além de um deles é delimitação de áreas, mas os outros seis têm a ver com o edificado e os outros cinco com os espaços envolventes.

«Isto, como digo, é fundamental para se fazer um bom plano de reabilitação urbana, onde estarão integrados também plano de salvaguarda e, nesses seis elementos, portanto, vou só ler muito rapidamente os tópicos: "a localização dos edifícios notáveis, o número de pisos, o tipo e uso de ocupação, o estado de conservação, as datas de construção e as cores e o revestimento de edificado". Portanto, digamos que há uma caracterização de todo o edificado e, no que diz respeito a estas áreas delimitadas, não se está a fazer um levantamento de um edifício, está-se a fazer o levantamento de todos os edifícios, edifício por edifício, que são centenas. Neste momento, estão já caracterizados centenas de edifícios.

«Isto é um aspecto, só para vos dizer que, para o ano, se houver uma discussão deste tipo, em termos de discriminação positiva e discriminação negativa, em termos de majoração e de minoração de IMI, haverá hipótese de critérios muito mais abrangentes e haverá hipótese de abranger muitos mais imóveis de que aqueles que foram abrangidos este ano.

«Este ano, o que é que nós tínhamos de concreto? O que nós tínhamos de concreto, e para podermos ser o mais objectivos possíveis, foram só os imóveis que foram participados à Câmara e, dentro daqueles que foram participados, houve depois as vistorias, seguiram-se as notificações, houve ordens para fazerem obras, houve quem cumprisse, houve quem não cumprisse. A ideia desses critérios foi premiar, de algum modo, quem cumpriu, quem reabilitou minimamente aqueles imóveis, e reabilitar não é fazer um novo, é reabilitar mesmo, e critérios de majoração para quem não fez as obras, para quem deixou os edifícios e tem os edifícios ainda em estado de degradação. Porque é que foi só nesta zona? Porque tem que se ter um critério qualquer, e o critério que houve, neste caso, foi a zona de intervenção para as parcerias de regeneração urbana.

«Este ano, digamos que o leque de abrangência é um leque relativamente pequeno, é pouco mais que simbólico, mas é um sinal. Agora é garantido uma coisa, os critérios, são critérios objectivos e são critérios de igualdade para todos, dentro, como

digo, dos que foram participados à Câmara. Isto porquê? Porque eu, neste momento, conheço casos que gostaria muito que pudessem ser premiados em termos de IMI, porque houve trabalhos notáveis, e outros que eu gostaria que fossem abrangidos pela majoração, porque estão a cair. Mas era incomportável estar a fazer esse levantamento todo para este ano. Digamos que o levantamento existe, vai existir no final deste ano, poderão existir os critérios que queiram para o ano que vem e não só com estes imóveis, não só com os imóveis participados, serão com todos aqueles que foram levantados pelo programa de reabilitação urbana. Se houver alguma dúvida, não sei se fui suficientemente esclarecedor, estou à disposição.»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Se percebi bem, os casos que vão ser contemplados são os das notificações que levaram a obras de regeneração. Ou, para além destas, também os casos dos processos que a Câmara tem conhecimento, porque foram entregues na Câmara e que constituem a regeneração urbana e que foram devidamente aprovados, esses também vão ser contemplados ou podem ser contemplados? Uma vez que na deliberação camarária se refere no n.º 4 que as listagens contendo as situações previstas em 2 e 3 são apresentadas à Assembleia Municipal até 31 de Dezembro, se houver mais prédios em que, nomeadamente as pessoas possam reclamar na Câmara a aplicação das minorações, porque são essas que terão interesse naturalmente, se forem apresentadas à Assembleia Municipal, na sessão que temos marcada para 16 de Dezembro, se ainda podem beneficiar das minorações do IMI?»

Vereador Jorge Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Há um pormenor importante no quadro dessa deliberação que, de facto, ela refere o mês de Dezembro, mas quando fizemos a consulta às Finanças, para saber quais os elementos que eram necessários, porque é da competência do Município proceder ao registo dos prédios que vão estar sujeitos às majorações e às minorações, acabámos por sermos informados que apenas as alterações que forem efectivadas até 30 de Novembro é que terão impacto em 2012.

«Isso fez com que a intenção inicial, de que a definição dos critérios e a listagem que era de, durante a próxima Assembleia Municipal, chegar e aprovar, e na tal intenção de marcar o sinal de intenção que se pretendia sobre esta matéria, acabou por haver uma definição dos critérios que é a proposta que está aí e que determina que a área de intervenção, é como o senhor engenheiro disse, as parcerias para a regeneração urbana, que o âmbito da aplicação são aqueles que anteriores a 1963, que é a data do RGEU. Foram notificados, houve processos, e que houve, ou resposta positiva ou resposta negativa, e quais os critérios para aplicar a taxa majorada, que é aquele anexo que seguiu no último *e-mail* e que acabou por seleccionar nos tais quarenta e tais processo que existiam, acabou por identificar quais os casos que, cumprindo estes critérios, poderão ser devidamente identificados e, com base na objectividade destes critérios, serem lançados ainda até 30 de Novembro.

«O que o engenheiro Pires está a referir é que vai existir uma ampliação, que

depois teremos que ser nós a definir e a aprovar. Mas pelo menos o trabalho existe, para, por um lado, definir áreas de intervenção mais vastas, apanhando os vários centros históricos do concelho, e vai haver também a possibilidade de identificar imóveis que não foram objecto de notificações/vistorias, mas sim imóveis que foram identificados como estando ou devolutos ou em ruínas e que poderão ser alvo das majorações e minorações. Inclusive com o tal pormenor que há bocado identifiquei de que também a própria política governamental sobre esta matéria poderá determinar ou deverá ser também elemento importante para aquilo que, no próximo ano, vamos ter nesta matéria, em termos de definição de política. Eu repito aquilo que disse há bocado: Esta intenção de triplicar os imóveis que estejam devolutos ou em ruínas, naturalmente que iria ou irá, se levarmos isto à letra e na sua extensão possível, iria justificar um aumento substancial do IMI, não tenho dúvidas nenhumas. Mas será que estamos interessados nessa via, será que não seria preferível que, no quadro das políticas de regeneração urbana, de apoios que haja para esse efeito, que o Município, naquilo que é uma parte da sua competência, minorar as taxas de IMI associadas a esses edifícios que forem recuperados.

«Deveremos procurar é que esse volume de prédios não seja maior, porque sabemos todo o investimento que está associado a essa regeneração, é um desafio importantíssimo que eu preferia ver uma lista enorme de prédios a minorar, do que uma lista enorme de prédios a majorar. Mas é, de facto, com base neste trabalho que está a ser feito e o engenheiro Pires acabou por validar a informação, de que, já há mais de um ano que se trabalha nesta frente, que, esperamos que este sinal para este ano, seja através da aprovação desta listagem e que durante o próximo ano, ou no máximo quando estivermos aqui a discutir e a aprovar o IMI no próximo ano, tenhamos uma lista mais vasta de situações e uma outra estratégia e uma nova política e estratégia para esta frente.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Queria só dar a seguinte nota. Há pouco o senhor engenheiro Pires disse que tivemos a sorte. Bom, a sorte constrói-se. Agora percebe-se porque é que em 2012 nós vamos ter ainda melhores condições para desenvolver isto. Nós tínhamos cerca de dez estagiários do PEPAL para admitir, tínhamos tido essa possibilidade, e aquilo que fizemos, já em 2010 e 2011, foi reduzir a possibilidade de ter dez para seis estagiários, tendo em conta a situação financeira e a redução de receitas. Houve uma, neste caso ao nível da arquitectura, que nós mantivemos e com esta finalidade, por isso é uma sorte calculada e, se calhar, a sorte é relativamente à competência que a pessoa possa vir a ter quanto ao seu ajustamento e que vai continuar com este domínio.»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Há pouco esqueci-me de agradecer o esclarecimento do senhor engenheiro Pires. Mas, já agora, queria só reforçar uma questão, eu percebo que se tenha que começar por algum lado, e é positivo que se comece, penso que há aqui um elemento de alguma falta de equidade em relação aos proprietários, neste mesmo local, que,

voluntariamente, nesses prédios, desse tempo, procederam a obras e, neste momento, não vão ser beneficiados. E era isso que eu estava a perguntar, se haveria a possibilidade de, aprovando esta questão, aprovando estas listas, até à data que estava aqui, poderem voluntariamente candidatar-se a essa minoração e, de alguma forma, conseguirmos, até ao dia 30 de Novembro, incluí-los numa listagem a ser aprovada.»

Vereador Jorge Abrantes:

Em resposta ao senhor Ademar Marques, fez a seguinte intervenção:

«Eu gostaria que isso fosse possível, mas, em nome da objectividade, e precisamente para evitar que depois se venha a dizer não, foi esta, esta ficou incluída e esta não, é que acabámos por, dentro do âmbito da aplicação, definir que as mesmas regras são aplicadas no ano 2011, e está aqui claramente a dizer para 2011, em edificações construídas antes do ano de 1963, inclusive, sobre as quais se registaram participações e pedidos de vistoria. Ou seja, quisemos dar uma objectividade, por um lado, tendo em conta o trabalho efectuado pelos serviços de fiscalização, e por outro, este conjunto de características, no sentido de dizer é aqui que vamos intervir, são como disse um número limitado e constituem aquilo que já foi referido o sinal de que, da atenção, que este tema irá ter no futuro, tendo em conta o trabalho que está a ser efectuado. Aqui, eu penso o que houve a preocupação foi de pegar numa coisa muito objectiva, sabemos que daria aso a estas sugestões e pensámos nelas, mas, para garantir a objectividade do que estávamos a incluir na lista final, preferimos optar por anteriores ao RGEU e objecto de notificações e a qualidade da intervenção que foi feita determinou minoração ou majoração.»

Carlos Santana (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Tendo em conta as explicações do senhor Vereador Jorge Abrantes, quanto à questão que o meu colega fez, em relação ao n.º 4 da acta, referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, e tendo a explicação dada pelas Finanças, que é a correcta, que a partir do dia 30 estão aprovados, tem que ser a partir desse dia. Uma questão, presumo eu que seja técnica, penso eu, seria de bom-tom, penso eu, alterarem este número. Porquê? Porque é assim, qualquer munícipe pode dizer que até 31 de Dezembro tem esse direito, uma vez que têm esse esclarecimento feito com as Finanças, era de bom-tom, nesse sentido, para evitar equívocos futuros.»

Submetida a proposta a votação, de braço no ar, foi a mesma aprovada, por maioria, com seis abstenções, dos senhores Carlos Santana (PSD), Ademar Marques (PSD), Cristina Leitão (PSD), Vítor Marques (PSD), Paulo Balau (PSD) e Anna Rodrigues (PSD), e vinte votos a favor, dos restantes membros presentes, tendo ficado deliberado:

1) Fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2012, nos termos e para efeitos do disposto no n.os 1 e 5 do artigo 112.º do CIMI:

- Prédios rústicos – 0,80%;
- Prédios urbanos – 0,70%;
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%.

2) Fixar uma minoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos que tenham sofrido obras de recuperação devidamente comprovadas, ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI.

3) Fixar uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, que tenham pendentes notificações municipais de intimação para a realização de obras, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas, ao abrigo do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação da deliberação camarária de 2 de Novembro de 2011 sobre as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

Subscritores: Deputados Tiago Gonçalves (PS), João Gomes (PS), Natália Colaço Rocha (PS), Anabela Dias (PS), Vítor Mamede (PS) e Silvino João (PS)

O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Peniche entendeu votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal relativa às taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), considerando os seguintes fundamentos:

1. Reconhece, em primeiro lugar, as dificuldades financeiras do país, do município e das famílias;
2. Também reconhece, que há lugar, finalmente, a uma discriminação positiva de quem reabilita, recupera e conserva imóveis, e uma discriminação negativa face aos imóveis degradados;
3. Realçando, ainda, que salvo uma ligeira diminuição em 2009, nos anos de 2008, 2010 e 2011, a arrecadação deste imposto municipal obteve uma curva positiva;
4. Entendemos igualmente que este é o momento em que também é exigível ao município a promoção de um plano de ajustamento das suas despesas correntes supérfluas;
5. Compreendendo as dificuldades do tempo presente, todavia, estas não devem servir de justificação para a manutenção de impostos ou seu aumento, sem que haja um devido esforço para aplicar melhor as receitas pagas pelos contribuintes;
6. Acresce a isto que, deve-se considerar, também, se no presente e no futuro, ainda que possa ser legalmente aceitável um aumento de impostos, se não se estará já no limite para as possibilidades dos contribuintes;
7. Ainda no que nesta matéria diz respeito, é importante realçar que todos os anos entram na colecta novos imóveis por fim de isenções e que outros são reavaliados;
8. Por último, o célebre e já tradicional argumento da CDU acerca de quebras das transferências financeiras da administração central para os municípios não é dos dias de hoje, vindo esse cenário já desde 2002, altura em que o actual presidente da Câmara e o vereador das Finanças exerciam funções enquanto vereadores da oposição e nessa altura as suas preocupações quanto a este facto não eram visíveis, demonstrando mais uma vez a volatilidade das posições dos actuais dirigentes do executivo.

Paços do Município de Peniche, 23 de Novembro de 2011.
OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO PS.» [*sic*]

«Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Social Democrata sobre a aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2012

Os Membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata abstêm-se na votação da proposta da Câmara Municipal para a definição das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com os seguintes fundamentos:

- Há 5 anos que o PSD Peniche vem defendendo a inclusão de majorações e minorações nas taxas de IMI que possam fomentar a reabilitação de edifícios no concelho.
- Como resultado desta alteração, poderão ser majoradas as taxas de IMI relativas aos prédios devolutos que sejam notificados para fazer obras de beneficiação e não as façam e, por outro lado, poderão ser minoradas as taxas de IMI relativas aos prédios onde os proprietários efectivamente façam as obras.
- O executivo da CDU começou por recusar a proposta como irrelevante, passou por dizer que não poderia aplicá-la sem efectuar um estudo sobre o impacto que teria e, finalmente, mesmo sem efectuar qualquer estudo, propõe, este ano, a sua adopção.
- O PSD saúda a evolução na posição do executivo da CDU e os efeitos positivos que pode ter como incentivo à reabilitação de edifícios, conjugada com as medidas que o Governo adoptou recentemente no sentido de facilitar os procedimentos.
- Contudo, conforme ficou claro das respostas do Eng.º José Pires aos Deputados Municipais do PSD nesta sessão da Assembleia Municipal, a medida abrange apenas os prédios na zona histórica da cidade de Peniche que tenham sido notificados pela Câmara Municipal e tenham efectuado (ou não) as obras.
- Ficam, assim, de fora todos os que voluntariamente fizeram obras de beneficiação naquela mesma zona da cidade e que, por razões de equidade, deveriam poder beneficiar da minoração, mas também todos os que no resto da cidade e do concelho as façam.
- O PSD lamenta esta falta de equidade fiscal e exorta a Câmara Municipal a corrigir esta situação na proposta para 2013.
- O PSD lamenta, ainda, que as taxas de IMI se mantenham inalteradas no Concelho de Peniche e não tenham sido reduzidas para aliviar a pressão sobre os contribuintes. Conforme tivemos oportunidade de salientar, a inconsistência do discurso comunista revela-se precisamente nestas decisões.
- Naturalmente que o PSD reconhece que o estado das finanças do Município de Peniche desaconselha essa descida, mas isso é tão-somente resultado da má gestão da Câmara. Outros municípios, que tiveram os mesmos cortes nas transferências, optaram este ano por reduzir as taxas de IMI.

Nesse sentido, os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD abstêm-se na votação da proposta da Câmara Municipal de Peniche para as taxas de IMI para 2012.

Peniche, 23 de Novembro de 2011.

Carlos Santana, Vítor Marques, Cristina Leitão, José Leitão, Ademar Vala Marques, Anna Clara Leal Rodrigues e Paulo Balau.» [*sic*]

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 2 DE NOVEMBRO DE 2011 SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO CONCELHO DE PENICHE, RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO 2012, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO:

Passando a assembleia à apreciação do segundo ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Vereador Jorge Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Neste particular a proposta que estamos a apresentar é idêntica à que está actualmente em vigor. A única diferença é que, no ano passado, fui acusado de clandestino e de ter feito a aprovação clandestina dos 5%, porque é uma situação que, caso o Município não se pronuncie sobre esta matéria, fica automaticamente aprovado os 5%. Como o ano passado fui acusado dessa clandestinidade, apresentámos em sede de Câmara a proposta que é semelhante ao valor que está no ano passado e que, neste momento, vem aqui à Assembleia Municipal.

«Sobre o valor de facto, esta percentagem, no caso do orçamento de 2012, deste que está agora em discussão, para terem a noção de que é que significa, para Peniche, o valor do IRS a transferir é de 696 000,00 euros e a aplicação dos 5% faz com que cada 1% signifique cerca de 140 000,00 euros.

«Portanto, por exemplo, se vos tivéssemos a apresentar 4%, significaria que haveria cerca de 140 000,00 euros a menos na transferência para o orçamento de estado, que iriam ser transferidos para os munícipes que, no seu IRS, pela sua dimensão, teriam direito a esses 140 000,00 euros. O que é que isto significa? Que apenas os munícipes com IRS elevado é que seriam aqueles que iriam beneficiar dos 140 000,00 euros. Basta ver, há dois anos, quando tivemos 4%, qualquer trabalhador com rendimentos próximo do salário mínimo não tinha nenhuma dedução proveniente desta deliberação, qualquer pessoa com rendimentos de 10, 15 ou 20 mil euros tinha valores relevantes na dedução. Portanto, digamos que, no ano passado, foi essa a razão, a falta de equidade de quem são os beneficiários da redução, da equidade e, para além de ser, de facto, um tema que merece uma quase unanimidade de todos os municípios. Como há bocado foi referido, aquando do IMI, no início, porque 83% dos municípios portugueses têm todos 5% de cativação do IRS. São apenas quarenta e poucos municípios que têm menos de 5%, o que, de facto, também transmite a noção de que é uma medida transversal à generalidade dos municípios portugueses, em termos do efeito que representa.»

Paulo Balau (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente a este assunto, queria só dizer o seguinte: Não estava à espera que fosse diferente do que o executivo apresentou, ou seja, a taxa máxima, que é os 5%,

até porque compreendo, em tese, compreendo o porquê. Até porque o IRS, no ano que vem, vai ser menor, se vamos ter uma recessão vai haver menos rendimentos nas pessoas e, se calhar, com 5% vão receber o mesmo que o ano passado com 4%.

«Por aí tudo bem. Por isso não estava à espera de outra coisa. Não discordo no geral, mas, por uma questão de coerência e de equidade, como tanto se tem dito aqui, o discurso muda quando toca as nossas costas, é isto que eu não percebo. Nós falamos que o Governo é ladrão, que o Governo anda a roubar os trabalhadores, que o Governo isto, o Governo aquilo, e até podem ter razão, eu não ponho em causa, cada qual tem direito à sua opinião, eu tenho direito à minha, os outros tem direito à deles, por isso é que isto é uma democracia, senão vivíamos todos na ex-União Soviética. Agora, quando nos toca a nós, nós fazemos exactamente o mesmo, é aí que está a questão, nós criticamos os outros, mas depois fazemos exactamente o mesmo que os outros fazem. Criticamos o Governo que faz isto, faz aquilo, faz aquele outro. Criticámos o Governo anterior, que fazia isto, fazia aquilo, fazia aquele outro, redução de verbas, isto e aquele outro. Mas nós, quando temos na mão algum instrumento para reduzir às pessoas, não o fazemos, eu compreendo o porque não.

«Eu comecei a minha intervenção por dizer que não estava à espera de outra coisa, porque os valores vão ser idênticos aos do ano passado, derivado à recessão que vai haver e que se perspectiva, palavras do super-ministro Gaspar, que a redução de 3%, se ele acertar não vai haver grande diferença. Agora estranho, a gente não pode ter dois discursos, a gente não pode ter um discurso quando são os outros a fazer as coisas e um discurso quando somos nós, um discurso quando estamos na oposição e um discurso quando estamos no executivo.

«Não pode haver esta ambiguidade e é por essa razão, na minha opinião modesta, que este país continua neste estado que está, o maior problema é a injustiça, mas isso é outra questão que não vem para aqui agora, não vou aqui falar da tróica e *retróicas*, porque não está nos pontos do edital da convocatória e há deputados aqui que têm direito a falarem do que querem e passam aqui montes de tempo a falar de coisas que nem na ordem do dia vem. Mas pronto, uns são privilegiados, que têm a mania que são perseguidos, mas são privilegiados em relação aos outros.

E era só para ficar registado que eu concordo com isto, percebo o porquê, mas quero que fique bem claro que se fala das coisas, critica-se quem faz de determinada maneira, mas nós, quando temos o poder do nosso lado, para o fazer de maneira diferente, não o fazemos, fazemos exactamente igual.»

Presidente da Mesa, Carlos Almeida (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Só antes de passar a palavra, só dizer que, por aquilo que me consta, ainda não foi retirada a palavra a ninguém, nem cortada a expressão a ninguém nesta reunião, não foi cortada a ninguém, nem é nosso hábito fazer. Eu só estou a chamar a atenção para isso, é que podia dar a impressão que uns falam e outros não, até agora têm falado todos. Eu só estou a esclarecer, têm falado todos, não há só um que tem direito, todos têm direito de falar livremente.»

Tiago Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Para ser muito rápido, também nesta matéria, há aqui várias questões que o grupo do PS não gostaria de deixar de registar. O nível de despesas correntes da Câmara Municipal é de 10 milhões de euros, em 2004, e, em 2009, estava nos 17 milhões. Ou seja, tem havido sempre uma evolução das despesas correntes, também amparada por uma evolução de uma receita corrente. O que significa que, acompanhando estas evoluções, também há que ter um esforço, e daí colocar outra vez alguma relevância naquilo que foi a intervenção que fizemos e na nossa posição relativamente ao IMI, de que era necessário um plano de ajustamento e um programa de ajustamento das despesas correntes do Município em sede de orçamento. É com expectativa que o grupo do PS aguarda esse plano, porque também o consideraremos e lhe daremos muito valor para a decisão do nosso sentido de voto, inclusivamente o voto contra. Portanto, estaremos abertos a essa disponibilidade, de votar dessa maneira esse documento, se não considerarmos que corresponde a esse imperativo que temos colocado nas últimas discussões dos vários documentos.

«Também gostaria aqui de lembrar, por causa das intervenções que tivemos relativamente ao ponto anterior, que espero que, na reforma administrativa, que é acompanhada também por uma reforma da lei de competências, que haja atenção da parte do Governo, e espero que aí, em sede própria, o Município também possa defender e ter alguma opinião sobre a matéria, é altura de, se vamos tocar no âmbito das competências, que também se criem mecanismos para permitir uma maior troca de informação entre o sistema fiscal e os órgãos municipais, para que possam, dentro das suas competências, tomar as decisões de decidir, analisar e realizar propostas, que tenham acesso à informação que é necessária. Porque, por exemplo, nós não sabemos quais são os munícipes deste concelho com IRS e em que intervalos estão, por exemplo esta informação nós não sabemos. Portanto, não conseguimos avaliar com clareza quais são os impactos de decisões que tomamos. Eu não quero saber se o fulano A ou B tem determinado valor de imposto, nós queremos é saber quais são, dentro de determinados intervalos, para podermos também aí ter uma decisão mais consciente. Penso que isso é bastante importante, que não se faça apenas uma reforma de mapa, mas também se faça uma reforma de competências.»

Carlos Santana (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Mais uma vez estamos a falar de limites mínimos e máximos e, mais uma vez, o executivo aplica o máximo sem qualquer justificação. Mas, por outro lado, uma vez que é um executivo que pauta por uma execução transparente, equilibrada e coerente, no seu discurso, acredito que é uma necessidade de ficarem com os 5%. Acredito que o povo não está a passar nenhum problema. É que agora é o IRS! O que se defende nas televisões, é o IRS, é os dependentes, afinal temos uma possibilidade de mostrar que os podemos beneficiar e não fazemos.

«Depois, como têm toda a coerência sempre no discurso e não andam a engrupir ninguém, eu acredito que, desta vez, desta vez, o placar que tem estatuto *ad aeternum*, que está ali na rotunda nos bancos, vai ser retirado. Porque vão acabar com os impostos! E, como vão acabar com os impostos, com esta medida, vão dar o exemplo ao

placar que está lá fora. É esta a coerência que se pede também dos pregadores do deserto, que falam, falam e não demonstram, em nenhum momento, como é que fazem o contrário, que é isso que eu gostava. Eles ficam preocupados que os outros andam montados. Eu gostava de saber o que é que eles fazem para se montar? Nada! Saem às três da tarde, saem às quatro da tarde, e gravitam no sítio que todos sabemos, que é a dependência do Estado, e isso é muito bom para quem não gosta de andar montado.

«Pois, senhor Presidente, é o seu ouvido da direita que houve melhor que o da esquerda! Está a perceber? É que isto fala-se e depois também tem que se ouvir. Agora os tiques! Porque o saber montar é assim: Quem monta num cavalo, tenha um braço a mais, tenha um braço a menos, monta sempre o cavalo, não pode dizer que monta o cavalo sempre na mesma maneira. Agora, uns gostam de ter os tiques de montar e adquirir certos privilégios, porque, quando andarem de bicicleta, quando demonstrarem que as cooperativas pagavam salários a dois mil euros aos trabalhadores e isso mais, aí sim senhor. Depois estão preocupados, eu também acho que sim, muitas vezes os valores das rendas são elevados, mas façam um acto simples, peguem no vosso dinheiro, invistam e metam casas no mercado do arrendamento, a 50,00 euros, por exemplo, e demonstrem perfeitamente que investindo num bem no privado, com 50,00 euros de renda, têm a rentabilidade toda. Isso é que eu gostava! Porque, quando fazem essa pregação, dizem sempre que é o Estado que tem que comprar as casas para as pessoas, não é deles, porque criticam o privado que investe dinheiro no que quer. Mas depois, quando demonstram que se deve apoiar estas pessoas, é com o dinheiro de todos, é com o dinheiro de todos, não é com dinheiro privado deles, por isso é que eu gostava de ver qual é o mercado de arrendamento que essas pessoas também têm para fazer isso. Agora quererem uma coisa e depois não fazerem, não pode ser.»

José Leitão (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Queria pôr uma questão concreta ao senhor Vereador ou ao senhor Presidente sobre esta matéria. Aqui divergimos, nomeadamente em relação ao IMI, porque eu tenho uma outra leitura do IRS. Aliás, o senhor Vereador começou por dizer que, no ano em que fez a baixa para os 4%, quem tinha os rendimentos mínimos que, de facto, não beneficiaram. Mas quem andava nos rendimentos de dez mil euro/ano já sofreu claros benefícios. Dez mil euros/ano é portanto o salário médio nacional, por aí já vale a pena falar nesse valor, oitocentos euros/mês, números redondos, será o salário médio mensal. Mas, o que me importa a mim perguntar é o seguinte: Quando o senhor Vereador fala nesse valor que cada ponto percentual, digamos, iria reduzir à receita da Câmara, o dinheiro que a Câmara iria receber por retenção do IRS, se o avaliou ou se o tentou projectar no impacto que ele poderia ter na nossa economia local. Ou seja, não avaliar esse valor como uma redução da sua receita, mas avaliá-lo, digamos, como um investimento que poderia ajudar a projectar determinados sectores da economia. Eventualmente que poderiam criar alguns postos de trabalho, poderiam revitalizar, algum do consumo local, algum do nosso comércio local. Porque, no fundo, esse dinheiro era dinheiro que ficaria nos bolsos das pessoas e que poderia ser projectado no consumo ou na poupança, como sabemos também interessa. Ou seja, a questão que eu queria por ao senhor Presidente ou ao senhor Vereador é se foi estudado, ou foi

avaliado, esta redução da taxa de IRS, como um investimento.

«Vou dar um exemplo concreto e quero dizer que concordo com isso: A Câmara entende, por exemplo, como opção de investimento, o Campeonato Mundial de Surf. Entende que é um investimento que faz projectar a terra, trás interesses ao comércio local. Eu pergunto se não valeria a pena, ou se o fizeram ou não, entender que, neste preciso momento, em que de facto é necessário para a economia que haja algum dinheiro a circular, se foi também, nesta óptica, visto e analisado este problema? Ou seja, não meramente numa óptica de redução de despesa por parte da Câmara, mas também, digamos, de um investimento.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Há uma questão de valor que depois o Vereador Jorge Abrantes esclarecerá, relativamente a um pequeno lapso da parte dele, que ele esclarecerá relativamente à questão do valor. Aqui, a questão de fundo, se nós recuarmos quando foi a criação desta oportunidade, estávamos no Governo do Partido Socialista, na altura em que foi feita a Lei da Finanças Locais, que teve um impacto, lembram-se das grandes discussões que isso gerou a nível nacional. Uma das medidas que o Governo passou para a responsabilidade das Câmaras foi, na prática, dizer aos contribuintes que, se os Municípios forem simpáticos, até podem ter um *alíviozinho* na vossa carteira, à conta dos valores das transferências. Ora, acontece é que a Lei das Finanças Locais, tal como o Vereador Jorge Abrantes colocou há bocado, logo em 2010, fomos eleitos em final de 2009, logo em 2010, levámos essa machadada, alterou-se completamente a situação. Relativamente à ideia, não tenho dúvidas nenhumas, se o valor estiver no bolso dos contribuintes, sem terem em conta as questões de equidade, se estiver no bolso de alguns contribuintes, de certeza que as pessoas o aplicarão, ou pouparão, etc.. Agora, o efeito multiplicador deste "investimento" não tem retorno para o Município num contexto desfavorável como é este, como terá eventualmente com o seu contributo para aquilo que serão as nossas necessidades.»

Vereador Jorge Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«De facto, houve um lapso da minha parte relativamente aos números de rendimentos que estavam afectos. Eu estava a pensar em contos e não estava a fazer bem as multiplicações que deveria estar, mas penso que toda a gente percebeu. São rendimentos de maior dimensão que são beneficiários da dedução que, eventualmente, venha a ser feita no IRS. Eu, pessoalmente, tenho um caso de um familiar que é médico, em Resende, Resende só tem 2%, e ele teve de dedução, num dos anos, teve quase 3000,00 euros de dedução por causa do IRS. Qual é o problema? É médico, tem determinado nível de rendimentos, e por via da deliberação que o IRS em Resende tinha de 5% para 2%, ele foi, digamos, que a redução que Resende tem de receita, esse familiar foi um dos beneficiados numa dimensão bastante grande. Penso que isto é perceptível por todos nós.

«Relativamente ao desafio se foi feito um estudo, eu julgo que esse desafio tem uma resposta muito clara, que é o facto de mantermos a derrama não aplicada em

Peniche. Aqui sim! Enquanto o IRS é um rendimento singular, onde cada um depois tem as opções que quiser, se vai gastar o dinheiro numa viagem de turismo para o estrangeiro, são opções individuais, agora no IRC, na derrama, como imposto sobre as empresas, o facto do Município de Peniche não estar a cobrar derrama sobre essas empresas, isso sim é que é o sinal que estamos a tentar ter um efeito positivo sobre a situação das empresas, impedindo ou não provocando um aumento da sua carga fiscal e possibilitando assim que se mantenham, que reforcem investimentos que promovam emprego no nosso concelho. Aí sim, há estudos, quer queiramos quer não, nós sabemos que Peniche é dos concelhos, em termos nacionais, que mais abdica da derrama. Porque não é o concelho, e perdoe-me o Carlos Almeida, de Penedono, onde a eliminação da derrama é relevante, porque a dimensão industrial ou das actividades naquele concelho é nula. Podem ter a derrama no máximo, mas aquilo representa zero, agora Peniche é dos concelhos onde o facto de não haver derrama há uma redução significativa, ou mais significativa, em termos municipais, porque todos os concelhos com dimensão semelhante ou maior que Peniche, em termos de população, em termos de actividade económica, têm derrama, a maior parte dos concelhos com uma dimensão semelhante ou maior que Peniche, todos têm derrama. Isto tem sido uma opção clara que já vem de vários executivos, porque a derrama é transversal, executivos com autarcas do PSD, PS e CDU, e sempre houve esta clara manifestação de que a natureza do tecido empresarial de Peniche, do concelho de Peniche, não devia ser penalizada com isto, e nós estamos a falar de valores que significariam 200, 300 ou 400 mil euros.

«Infelizmente também há pouca informação, que o sigilo da informação impede que os Municípios tenham acesso a essa informação, apesar da Associação Nacional de Municípios estar constantemente a solicitar que esta informação seja distribuída aos Municípios. Porque, de facto, aqui sim, são deliberações cegas onde não se pode ter a noção, se vai dar 100, 200, 300 ou 400 mil, tivemos uma vez, em 2007, a disponibilização dessa informação e, nesse ano, o valor da derrama era 350 mil euros. Mas para dar um exemplo, também sobre a variação destes dados, o concelho de Castro Verde, no Alentejo, é um concelho que num ano teve dois milhões e meio de receita de derrama, noutro um milhão e poucos e no noutro três milhões. Porquê? Porque tem uma empresa chamada *Pirites*, uma empresa de minas. Digamos que os resultados líquidos dessa empresa determinam a derrama que é das dez maiores derramas do país. A derrama de Castro Verde, apesar de ser um concelho com dez mil habitantes ou menos de dez mil habitantes, é das maiores do país, por causa de uma empresa que está lá situada. Mas Castro Verde aplica a derrama e recebe, no caso de Peniche, e respondendo ao estudo, é de louvar este esforço que tem existido de não optar por aplicação de derrama, qualquer que seja a sua dimensão, porque por um lado seria uma fonte de receita, mas por outro seria o tal estudo que iria prejudicar o tecido empresarial do concelho.»

José Leitão (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Com todo o respeito, julgo que as coisas não podem ser postas de um lado a derrama e do outro lado o IRS. É evidente que a derrama em Peniche nunca foi aplicada, mal seria que, neste momento, no estado que a economia está, a opção fosse de a aplicar.

«Quando me diz que uma redução de IRS iria beneficiar, e deu o exemplo concreto de uma pessoa de altos rendimentos, seguramente o que interessa é pessoas que tenham rendimentos e que lhes permita gastar dinheiro. Ou seja, quando nós queremos, eu pessoalmente sou muito crítico ao relançamento das economias pela via do consumo, mas quando percebemos que é importante que haja algum aumento de consumo, ou que haja o mínimo de retracção ao consumo, não podemos estar à espera que esse pequeno fogo que o consumo possa dar à economia venha da parte daqueles que têm rendimentos que praticamente não dá para a sua sobrevivência, eles têm que vir é do lado daqueles que já têm disponibilidade. Portanto, acho que aí não concordo e também não me parece que seja correcto fazermos a comparação entre o IRS e a derrama, não é comparável.»

Submetida a proposta a votação, de braço no ar, foi a mesma aprovada, por maioria, com oito abstenções, dos membros do PSD, e dezoito votos a favor, dos membros do PS e da CDU, tendo ficado deliberado a participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2012, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para inclusão no orçamento municipal de 2013.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação da deliberação camarária de 2 de Novembro de 2011 sobre a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano de 2012

Subscritores: Deputados Tiago Gonçalves (PS), João Gomes (PS), Natália Colaço Rocha (PS), Anabela Dias (PS), Vítor Mamede (PS) e Silvino João (PS)

O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Peniche entendeu votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal acerca da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano de 2012, considerando os seguintes fundamentos:

1. À semelhança da discussão a propósito do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), os deputados do PS reconhecem, em primeiro lugar, as dificuldades financeiras do país, do município e das famílias;
2. Entendemos que num momento de maior dificuldade também o município deve dar o exemplo no sentido de limitar as suas despesas correntes supérfluas;
3. Compreendendo, ainda, essas dificuldades, entendemos que estas não devem servir de justificação para a manutenção de impostos ou seu aumento, sem que haja um devido esforço para aplicar melhor as receitas pagas pelos contribuintes;
4. Acresce a isto que, deve-se considerar, também, se no presente e no futuro, ainda que possa ser legalmente aceitável um aumento de impostos, se não se estará já no limite para as possibilidades dos contribuintes;
5. Consideramos importante registar que por falta de acesso a informação fiscal não é possível avaliar de forma clara o impacto destas medidas, o que se impõe

reequacionar numa eventual reforma de competências e atribuições dos municípios;

6. Registamos, ainda, que ao contrário do que sucedeu face aos rendimentos do ano de 2011, o executivo municipal da CDU não se protegeu na falta de deliberação para impedir o debate sobre esta matéria, ainda que esta atitude represente um acto de contrição que, numa matéria desta importância e com impacto directo para os cidadãos, só peca por tardio.

Paços do Município de Peniche, 23 de Novembro de 2011.

OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO PS.» [*sic*]

«Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Social Democrata sobre a participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2012

Os Membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata abstêm-se na votação da proposta da Câmara Municipal para a participação do Município de Peniche no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) dos contribuintes com domicílio fiscal no concelho, com os seguintes fundamentos:

- O PSD reclama, como tem feito em anos anteriores, que se avalie o impacto que teria na economia local a redução da participação do Município no IRS, na medida que seria dinheiro que entrava directamente na economia.
- Tendo em conta o momento difícil que as famílias actualmente vivem, com o aumento de impostos e da factura energética, seria importante que se considerasse a possibilidade de reduzir a participação do Município.
- O PSD lamenta que uma vez mais a Câmara Municipal não tenha efectuado o referido estudo e exorta a Câmara a fazê-lo, uma vez que a redução da participação teria um impacto relativamente reduzido no orçamento do Município e poderia ser positiva para a economia local.

Nesse sentido, os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD abstêm-se na votação da proposta da Câmara Municipal de Peniche para a participação do Município no IRS para 2012.

Peniche, 23 de Novembro de 2011.

Carlos Santana, Vítor Marques, Cristina Leitão, José Leitão, Ademar Vala Marques, Anna Clara Leal Rodrigues e Paulo Balau.» [*sic*]

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA:

Para efeitos de execução imediata, a Assembleia deliberou aprovar a minuta da presente acta, por unanimidade, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e dez minutos do dia vinte e quatro de Novembro, o senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, no exercício das funções de

Presidente da Mesa, declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, observando o artigo 63.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, aprovado em 25 de Junho de 2010, que estipula que a acta de cada reunião ou sessão contenha as intervenções de cada membro da Assembleia Municipal, que eu, *Josselène Nunes Teodoro* Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com ele assino.